

ANEXO A

CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Como ferramenta de auxílio para o estágio de análise da documentação, o Manual de Credenciamento disponibiliza uma lista com a mínima documentação exigida para o rito de credenciamento da instituição financeira.

INSTITUIÇÃO: Itaú Unibanco S.A.

CNPJ: 60.701.190/0001-04

GESTOR (X) ADMINISTRADOR (X)

	DOCUMENTO ANALISADO	RECEBIDO	DATA	VALIDADE
1	Termo de Análise e Atestado de Credenciamento ou Questionário Due Diligence – Seção I (se for o caso)	Sim	03/2019	03/2020
2	Anexo 1 - Análise de Fundos de Investimento ou Questionário Due Diligence – Seção II (se for o caso)	Sim	04/2019	04/2020
3	Autorização BACEN/CVM	Sim	-	-
4	Relatório de Rating (Boa Qualidade de Gestão)	Sim	10/2019	10/2020
5	Certidão Negativa de Débitos Municipais	Sim	13/09/2020	11/03/2020
6	Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Sim	11/11/2019	11/05/2020
7	Certidão Negativa de Débitos Federais	Sim	30/08/2019	26/02/2020
8	Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	Sim	17/01/2020	12/02/2020

Com base no Manual de Credenciamento, a Instituição é considerada:

APTA (X) INAPTA () relacionar-se com o RPPS.

Isabella, PE 12 de fevereiro de 2020.

Isabella
Isabella Luíza G. Quirino M. L. F. Almeida
Diretora Presidente - ITACURUBA PREV
Port. 012/2017
Gestor de Recursos

Pollana
Pollana Carvalho de Sá Leonardo
Diretora Administrativa
e Financeira
Itacuruba PREV
Port. 011/2017

LEMA ECONOMIA & FINANÇAS

Avenida Santos Dumont, 3060, sala 721 - Edifício Casablanca
CEP: 60150-161 - Aldeota - Fortaleza-CE
www.lemaef.com.br

POLIANA CARVALHO DE SÁ LEONARDO - 055.670.754-05

Parallos

ISABELLA LUIZA GOMES QUIRINO MENEZES LEAL FREIRE DE ALMEIDA 049.281.154-73

Quirino

ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES 072.436.664-42

[Signature]

LEONCIO CARLOS ALVES DOS SANTOS 734.019.604-82

[Signature]



ANBIMA

► **Questionário Padrão**
Due Diligence para Fundos
de Investimento – Seção 1:
Informações Sobre a Empresa

Gestor de recursos de terceiros:
ITAÚ DTVM S.A.

Questionário preenchido por:
Itaú Unibanco Fund of Funds

Data: 28/06/2019

Versão: 2.0 - Atualizada em set/2010

Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre a Empresa	4
1 - Informações Cadastrais	4
2 - Informações Institucionais.....	4
3 - Números da Empresa	5
4 - Receitas da Empresa.....	7
5 - Recursos Humanos.....	7
6 - Informações Gerais.....	7
7 - Informações Operacionais	7
7.1 - Análise Econômica e Pesquisa	7
7.2 - Gestão de Recursos	7
7.3 - Gerenciamento de Risco.....	8
8 - Compliance e Auditoria Interna	10
9 - Questões Jurídicas e Legais	11
10 - Anexos	11
2) Declaração	12
3) Eventos Importantes.....	13

Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento (“Questionário Due Diligence”) é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

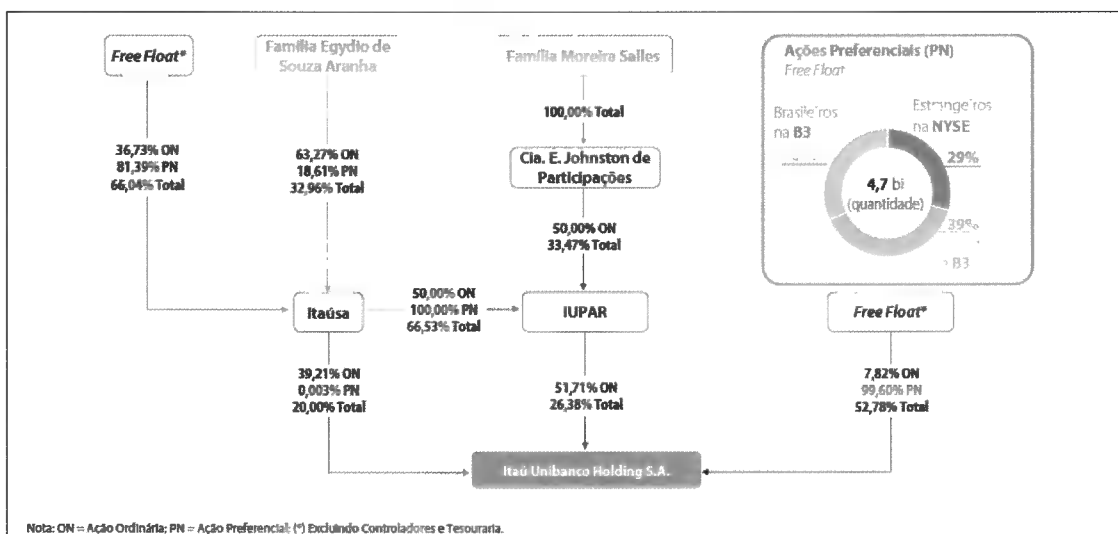
Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.

1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	
1.2	Nome de fantasia
Itaú DTVM	
1.3	Endereço
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500 – 4º andar São Paulo, SP Brasil CEP: 04538-132	
1.4	CNPJ
33.311.713/0001-25	
1.5	Data de constituição
Data da constituição do Itaú: janeiro de 1945 Data da constituição do Unibanco: setembro de 1924 Data da fusão entre Itaú e Unibanco: novembro de 2008	
1.6	Telefone
(11) 3631-2680	
1.7	Fax
(11) 3631-2860	
1.8	Website
www.itauassetmanagement.com.br	
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
As principais autoridades regulatórias em que a empresa possui registro são: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil)	
1.10	Membro de associações de classe? Quais?
Sim, as principais são ANBIMA e FEBRABAN.	
1.11	Nome de quem responde o questionário
Itaú Unibanco Fund of Funds	
1.12	Cargo
N/A	
1.13	Telefone para contato
(011) 3631-2680	
1.14	Fax
(011) 3631-2860	
1.15	E-mail para contato
fof@itau-unibanco.com.br	
2 - Informações Institucionais	
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
Segue abaixo a estrutura societária divulgada nas declarações de resultado do exercício do 4º trimestre de 2018.	

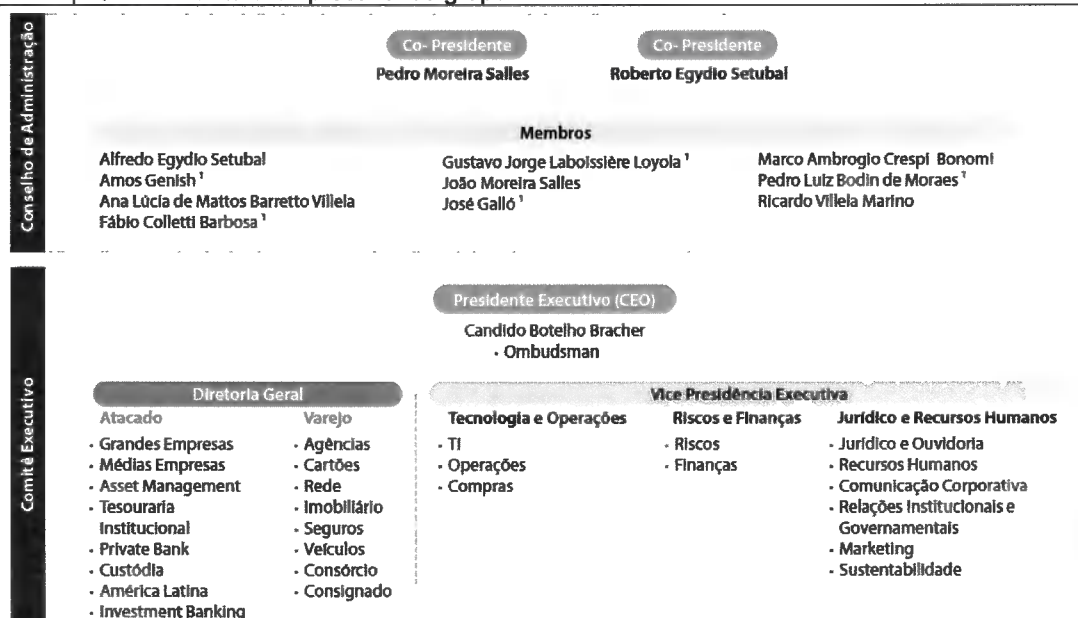


(Fonte: Apresentação Institucional – 4º trimestre de 2018)

2.2 Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.

N/A

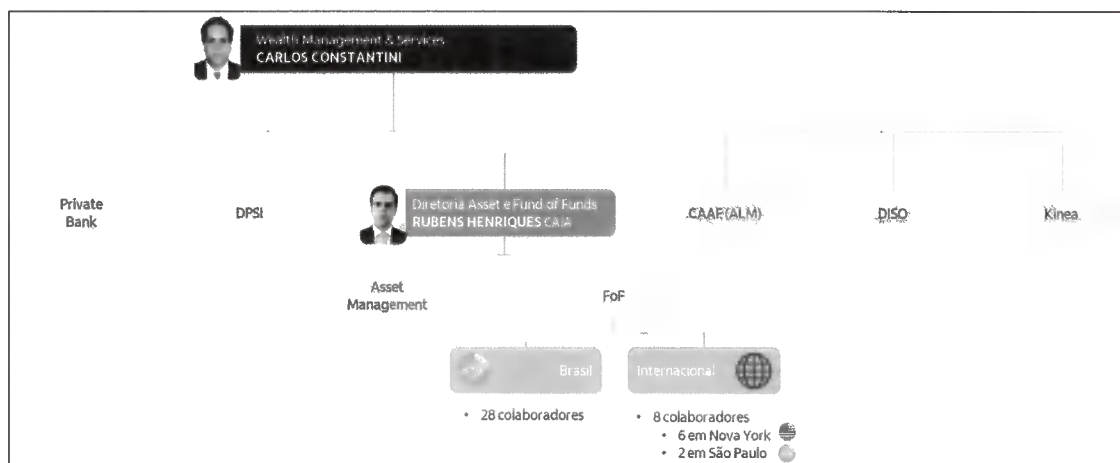
2.3 Qual a estrutura empresarial do grupo?



(1) Conselheiro Independente.

(Fonte: Apresentação Institucional – 4º Trimestre de 2018)

2.4 Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)

	
2.5	Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
Rubens Luiz Dos Santos Henriques	
2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
Sim, o Itaú Unibanco é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA. Além deste código, o Itaú Unibanco também adere aos seguintes códigos da ANBIMA: Código para Fundos de Investimento Código para o Programa de Certificação Continuada Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais Código para Private Banking no Mercado Doméstico Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas Código de Distribuição de Produtos no Varejo Código de Ética Código de Negociação de Instrumentos Financeiros Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor	
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
Sim	
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou semelhantes? Caso seja, citar as instituições.
Sim, somos signatários do Código de Auto-Regulação da FEBRABAN.	
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?
Todos os colaboradores estão sujeitos ao Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Segundo o qual, caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar o pedido em questão.	
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?
N/A	
2.11	Descreva breve histórico da empresa.
Itaú Administração de Ativos Com a criação do Banco Itaú de Investimentos, em meados dos anos sessenta, o primeiro de seu gênero no país, o Itaú inicia sua atuação no segmento de administração de recursos de terceiros, vocação que se mostraria natural nos anos que se seguiram.	

A vocação de administração de recursos rompeu fronteira e foi se instalar na Itaú Corretora que liderou a administração de clubes de investimento, tanto em volumes como em número de clubes administrados. Com a transformação dos Fundos 157 em Fundos Mútuos de Ações e a criação dos Fundos Mútuos de Renda Fixa a indústria passou a ter novas e diferenciadas possibilidades de aplicação de recursos. Novamente, o Itaú se mostrou inovador na criação de produtos voltados para pessoas físicas e jurídicas, na busca por atender uma demanda crescente por produtos mais sofisticados.

Com o advento da lei 6435/77 que regulamentou em caráter definitivo a figura dos Fundos de Pensão no Brasil, o Banco Itaú passou a estruturar uma área voltada exclusivamente para o atendimento deste segmento. Este cuidado se justificava em função da necessidade de um suporte administrativo adequado, bem como uma correta interpretação da nova legislação.

Nos últimos anos, o Banco Itaú avançou atendendo às novas necessidades do mercado e a maior liberdade oferecida pela legislação, criando produtos específicos e adequados para cada segmento de atuação e oferecendo ampla gama de facilidades operacionais.

Alguns destaques:

1995 – Aquisição Banco Francês e Brasileiro;
2000 – Aquisição da operação de Asset Management do Banco Matrix;
2001 – Aquisição da operação de Asset Management e Private Bank do Lloyds TSB no Brasil,
2002 – Associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt. Desta associação surge uma nova instituição, o Banco Itaú BBA, focado no segmento Corporate. Esta associação resultou na operação de incorporação da BBA Investimentos DTVM na Itaú Área de Administração de Ativos;
2003 – Aquisição do Banco Fiat SA e a assinatura do contrato com a AGF Brasil Seguros e AGF do Brasil Participações Ltda.;
2006 – O Itaú Holding e o Bank of America Corporation (BAC) firmaram acordo visando à aquisição, pelo Itaú Holding, das operações do BankBoston (BKB) e controladas no Brasil, Chile e Uruguai. Essa operação assegurou ao Itaú a expansão de suas operações em novos mercados na América Latina;
2008 – Fusão das holdings do Itaú com Unibanco;
2015 – Fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca consolidando seus negócios bancários no Chile e na Colômbia
2017 – Teve início das atividades de Asset Management na Colômbia através da Itaú Asset Management Colômbia S.A. e da Itaú Comisionista de Bolsa Colômbia S.A.

Unibanco Asset Management (UAM)

Desde sua fundação em 1995, a UAM teve uma administração totalmente independente do Banco Unibanco, seguindo a política de *chinese wall*. Sua criação, uma iniciativa pioneira no Brasil, deu continuidade à longa e reconhecida trajetória do Unibanco na administração de recursos de terceiros.

Sua postura ética e rígidos princípios de controle sempre estiveram respaldados na tradição empresarial do Unibanco, um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com mais de 80 anos de atuação no mercado brasileiro e internacional:

1957 – Unibanco lança o primeiro Fundo Mútuo de Ações no mercado brasileiro
1974 – Início da gestão de Carteiras Individuais para Pessoas Físicas
1975 – Implementação de Sociedades de Investimento (investimentos estrangeiros no mercado acionário brasileiro)
1979 – Início da administração de recursos de Fundos de Pensão
1995 – Criação da Unibanco Asset Management
2002 – Criação do Segmento Wealth Management

Itaú DTVM

A Itaú DTVM S.A. ("Itaú DTVM") é uma empresa do conglomerado financeiro Itaú Unibanco ("Conglomerado Itaú Unibanco"), constituída em 1972, com foco em gestão tanto de fundos de investimento coletivos quanto de fundos de investimento exclusivos e reservados. Faz parte da estrutura da Itaú Asset Management e compartilha as mesmas estruturas de suporte. As atividades de gestão são segregadas lógica e fisicamente das demais mesas de gestão.

Itaú Unibanco

Em novembro de 2008, Itaú e Unibanco assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeiras dos dois bancos, formando o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul.

Toda esta dedicação à sua vocação original de administração de recursos faz com que atualmente o Itaú Unibanco seja um dos maiores gestores privados de recursos de terceiros do país, com posição destacada no segmento de fundos mútuos, situando-se entre os principais gestores de recursos de fundos de pensão e com absoluta liderança no segmento de pessoas físicas.

Em outubro de 2017, houve a aprovação pelos órgãos reguladores para a aquisição da estrutura de negócios de varejo conduzidos pelo Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado ("Citibank") no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros.

Em 2018, o Itaú Unibanco celebrou um acordo para participação minoritária na XP Investimentos, empresa com modelo de negócios comprovado e voltado para a experiência do cliente. A operação prevê que o Itaú Unibanco não exercerá influência nas políticas comerciais e operacionais de qualquer empresa do grupo, e não terá preferência ou exclusividade na comercialização de seus produtos. Dessa forma, a gestão e condução dos negócios da XP continuará totalmente independente, segregada e autônoma. Após aprovação do BACEN, a operação teve sua liquidação financeira realizada em 31 de agosto de 2018 por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 milhões e aquisição de ações no valor de R\$ 5,7 bilhões.

Para mais informações a respeito da história do Itaú e Unibanco, favor consultar o site <https://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores>.

2.12	A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de <i>Suitability</i> . Em caso afirmativo, favor anexar.
------	---

Sim. Segue o link para o site que contém os documentos:

<https://www.itaú.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/>

2.13	Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.
------	---

Todos os Comitês da Itaú Asset Management seguem as diretrizes gerais e normas de políticas internas do Conglomerado e estão estruturados da seguinte forma:

Comitê Estratégico da Itaú Asset Management

Descrição: Este fórum semanal tem como objetivo o monitoramento, a discussão e a implementação da estratégia da Asset das diversas frentes (Operações, Produtos, Finanças e Comercial), além consolidação de todos os Comitês da Asset.

Composição: o Diretor Executivo da WMS, os diretores e superintendentes de negócios da Itaú Asset Management, membros do Planejamento Financeiro da WMS e representantes das áreas de acordo com o tema (Operações, Produtos, Finanças e Comercial).

Comitê de Cenários

Descrição: Este fórum mensal tem por objetivo de analisar o cenário macroeconômico atual e os possíveis cenários projetados para diferentes horizontes temporais. A análise dos cenários atual e projetado contribui para a formação de expectativas dos participantes do comitê para cada mercado.

Além disso, semanalmente a equipe de análise Macroeconômica se reúne com cada mesa de gestão para tratar assuntos específicos e apresentar estudos sob demanda. A análise dos cenários atual e projetado contribui para formação de expectativas dos participantes para cada mercado.

Composição: responsáveis pelas áreas de Análise Macroeconômica e Comercial.

Comitê de Crédito Asset

Descrição: Este fórum semanal tem por objetivo: Avaliar e aprovar risco de crédito de emissões públicas e privadas para potencial alocação nos fundos de crédito; Propor e revisar a Classificação de Risco de Emissores Financeiros e Não Financeiros; Propor e revisar Limites de Crédito de Emissores Financeiros e Não Financeiros. Este Comitê pode ser convocado extraordinariamente caso haja necessidade.

Composição: Diretores e superintendentes de gestão de recursos, integrantes das equipes de Gestão de riscos, gestão e análise de crédito.

Comitê de Produtos Asset (CPA)

Descrição: Este fórum mensal é responsável por deliberar sobre novos produtos e revisar os produtos existentes, levando em consideração aspectos jurídicos e regulatórios, existência de processos adequados, necessidade de recursos de infraestruturas e distribuição adequada (clientes-alvo), conforme definição do regulamento, aprovação das políticas setoriais e revisão de produtos.

Composição: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão, Fiduciário, Jurídico, Riscos, Distribuição, Controles Internos, Compliance e Operacional, sendo seus membros votantes os diretores participantes ou membros delegados.

Comitê Técnico de Produtos Asset (CTPA)

Descrição: Este fórum semanal é responsável por deliberar sobre fundos exclusivos/restritos, carteiras administradas e fundos coletivos, considerados como assunto simples, levando em consideração aspectos jurídicos e regulatórios, existência de processos adequados, necessidade de recursos de infraestruturas e distribuição adequada (clientes-alvo), conforme definição do regulamento, contratos, aprovação das políticas setoriais e revisão de produtos.

Composição: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão, Fiduciário, Jurídico, Riscos, Distribuição, Controles Internos, Compliance e Operacional, sendo seus membros votantes os superintendentes participantes ou membros delegados.

Comitê de Produtos Asset Internacional (CPAI)

Descrição: Este fórum mensal é responsável pela avaliação e aprovação de produtos de investimento para unidades da Itaú Asset Management no Brasil ou no exterior que desenvolvam e estruturam produtos domiciliados no exterior e não possuam governança própria de avaliação e aprovação de produtos de investimento. Nesse fórum somente são abordados produtos que possuem riscos associados que não foram anteriormente aprovados.

Composição: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão de Recursos, Distribuição, Fiduciário, Jurídico, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Operações.

Comitê Técnicos de Produtos Asset Internacional (CTPAI)

Descrição: Este fórum quinzenal é responsável pela avaliação e aprovação de produtos de investimento para unidades da Itaú Asset Management no Brasil ou no exterior que desenvolvam e estruturam produtos domiciliados no exterior e não possuam governança própria de avaliação e aprovação de produtos de investimento. Nesse fórum são abordados produtos que possuem riscos associados anteriormente aprovados por comitês superiores e/ou assuntos de menor complexidade.

Composição: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão de Recursos, Distribuição, Fiduciário, Jurídico, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Operações.

Comitê de Bandeiras

Descrição: Este fórum bimestral é responsável por realizar o acompanhamento e reporte dos planos de ação acerca dos clientes em situação delicada, identificados com base na análise comercial, nos problemas operacionais e performance do mandato.

Composição: representantes das áreas de Gestão, Produtos, Comercial e Operacional.

Comitê de Performance

Descrição: Este fórum mensal tem por finalidade o acompanhamento do desempenho dos fundos da Itaú Asset Management frente à concorrência e a adoção de novas estratégias.

Composição: representantes das áreas de Gestão, Produtos e Comercial.

Comitê Todos pelo Cliente

Descrição: Este fórum mensal tem como objetivo analisar todas as frentes de interação com os clientes, para identificação dos problemas e melhoria desses processos com foco na satisfação e encantamento dos clientes. As áreas abordadas são: Performance de fundos, Produtos, Comunicação, Operações, e por último, a consolidação dessas frentes através da percepção dos canais.

Composição: representantes das áreas de Distribuição, Operações, Produtos, Comunicação e Portfolio Specialist Asset.

Comitê de Operações

Descrição: Este fórum mensal tem como objetivo dar visibilidade aos Heads da Asset e seus Fornecedores de todos os processos operacionais da cadeia de valor da Asset, nos seguintes aspectos:

Reporte Mensal de Eventos - apresentar volumetria das ocorrências operacionais e manifestações de clientes que ocorreram em um período determinado, mostrando os problemas relacionado com de matriz da Asset. Apresenta, também, planos de ação para solução dos problemas mais críticos; **Indicadores Operacionais** - apresentar a performance dos indicadores operacionais por fornecedor e suas ações corretivas;

Projetos e Destaques - apresentar o status dos projetos em andamento e assuntos de destaques que resultam em benefícios para a Asset.

Participantes: Diretor, superintendente e liderança de operações da Asset, Operações Atacado e demais fornecedores (Produtos, Fiduciário, Tecnologia, etc).

Comitê de TI Asset

Descrição: Este fórum mensal é responsável por apresentar aos executivos da Asset e de TI do Banco toda evolução e saúde da plataforma de TI relacionada à Asset. Neste comitê é apresentada a evolução dos projetos de TI que trazem benefícios aos clientes ou aos negócios da Itaú Asset Management, indicadores da estabilidade de sistemas e orçamento de TI das áreas.

Composição: representantes das áreas de negócios da Itaú Asset Management e representantes das áreas de TI do Banco Itaú.

Comitê de Corretoras

Descrição: Este fórum semestral tem como função discutir e aprovar as Corretoras que serão utilizadas pela Itaú Asset durante o próximo semestre. Neste Comitê é elaborado um ranking das contrapartes com avaliação realizada pelas Áreas de Gestão, Análise de Empresas, Trading, Economia e Middle Office.

Composição: Diretores e Superintendentes da Itaú Asset Management, área de Gestão Risco, além da Área de Crédito do Atacado.

Comitê Interno de Riscos

Descrição: Este fórum tem como objetivo uma visão integrada de riscos: Mercado, Liquidez, Crédito, Fiduciário e Operacional. Nele são feitos reporte dos status dos planos de ação para os eventos de riscos priorizados e dos principais apontamentos de Auditorias e Reguladores. O Comitê também faz acompanhamento dos indicadores de Risco de Liquidez, de Crédito e de Mercado, além das ocorrências de Risco Operacional e agenda normativa.

Composição: representantes das áreas de negócios da WMS (Asset – Gestão e Distribuição, Securities Services), Operações WMS e áreas de suporte (Controles Internos e Risco Operacional, Compliance, Jurídico, Tecnologia, Segurança Corporativa e Auditoria).

Comitê Interno de Risco – Internacional

Descrição: Este fórum tem como objetivo identificação de riscos materiais à IUAM, assim como monitorar se a unidade está em conformidade com os requerimentos legais e as políticas do Itaú-Unibanco.

Composição: diretores, executivos e lideranças da Itaú Asset e das áreas de Investimentos, Compliance, Risco, Financeira e membros das áreas de suporte (Controles Internos, Risco Operacional, Jurídico, Middle Office, Produtos Internacional e Auditoria Interna).

2.14	Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
------	--

N/A

2.15	A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.
------	--

Sim, o Itaú possui área de tecnologia da informação própria que engloba as atividades de informática do Itaú Unibanco, sendo André Sapoznick o Diretor responsável pelas áreas de Tecnologia e Operação (ATO). Os principais objetivos da área são: alinhamento ágil e completo aos negócios, processamento com qualidade e alta disponibilidade, busca constante de soluções inovadoras e controle rigoroso de custos. A Diretoria de relacionamento de TI, liderada por Ana Lucia Gomes de Sá Drummond e a Diretoria de Engenharia, liderada por Rodrigo Dantas, fazem parte da estrutura de Tecnologia e atendem aos negócios da WMS e da Itaú Asset Management, dentre outros negócios do Banco de Atacado e Varejo.

3 - Números da Empresa

3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios sob gestão
2010	17,1 bilhões	10	550
2011	22,5 bilhões	13	572
2012	30,1 bilhões	14	637
2013	41,9 bilhões	15	747
2014	47,1 bilhões	17	726
2015	58,7 bilhões	19	711
2016	59,3 bilhões	25	733
2017	102,5 bilhões	34	854
2018	149,5 bilhões	36	935
2019 (jun/2019)	174,0 bilhões	36	988

3.2 Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)

	Nº	% Carteira
Fundos:		
Domicílio local		100% (Dados conforme enviados a ANBIMA)
Domicílio em outro país		0%
Clubes		N/D
Carteiras		
Domicílio local		N/D
Res. Nº 2.689		N/D

3.3 Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?

Tipo	Nº	Exclusivos	% total
Curto Prazo	-	-	-
Referenciado	-	-	-
Cambial	-	-	-

	• Renda Fixa	14	5	5,7%						
	• Multimercado	910	651	85,1%						
	• Dívida Externa	-	-	-						
	• Ações	64	38	9,1%						
	• FIDC	-	-	-						
	• FIP	-	-	-						
	• FIEE	-	-	-						
	• FII	-	-	-						
	• Fundo de Índice (ETF)	-	-	-						
	• Outras categorias	-	-	-						
3.4	Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?									
N/A										
3.5	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?									
N/A										
3.6	Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?									
Temos uma parcela de ativos referentes às nossas reservas técnicas que compõem o total de ativos sob gestão.										
3.7	Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?									
	Tipo	nº	% passivo							
	•									
	• Pessoas Físicas	-	-							
	• Empresas	-	-							
	• Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização	-	-							
	• Investidores Institucionais Previdenciários	-	-							
	• Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e family offices)*	-	-							
	*Contabilizado no item 18									
	• Investidor Estrangeiro	-	-							
	• Governo	-	-							
3.8	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.									
<table><tr><td>Posição</td><td>% PL Asset</td></tr><tr><td>1º</td><td>4,80%</td></tr><tr><td>2º</td><td>0,93%</td></tr></table>					Posição	% PL Asset	1º	4,80%	2º	0,93%
Posição	% PL Asset									
1º	4,80%									
2º	0,93%									

	3°	0,82%
	4°	0,80%
	5°	0,78%
	6°	0,75%
	7°	0,74%
	8°	0,73%
	9°	0,66%
	10°	0,53%
	Total	11,54%

4 - Receitas da Empresa

4.1 Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)

A receita da empresa advém exclusivamente da atividade de Gestão de Recursos de Terceiros, por intermédio de taxa de administração, taxa de performance e rebates (quando aplicável) dos fundos.

4.2 Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?

Toda a receita da área de Fund of Funds é originada pelos serviços prestados de gestão de recursos de fundos.

4.3 A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?

Sim

5 - Recursos Humanos

5.1 Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?

A área de Fund of Funds possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar o comportamento dos funcionários aos objetivos e prioridades da área. O foco do plano de remuneração é incentivar de forma concomitante o desempenho global da Asset, o desempenho de cada unidade de negócio e o desempenho individual.

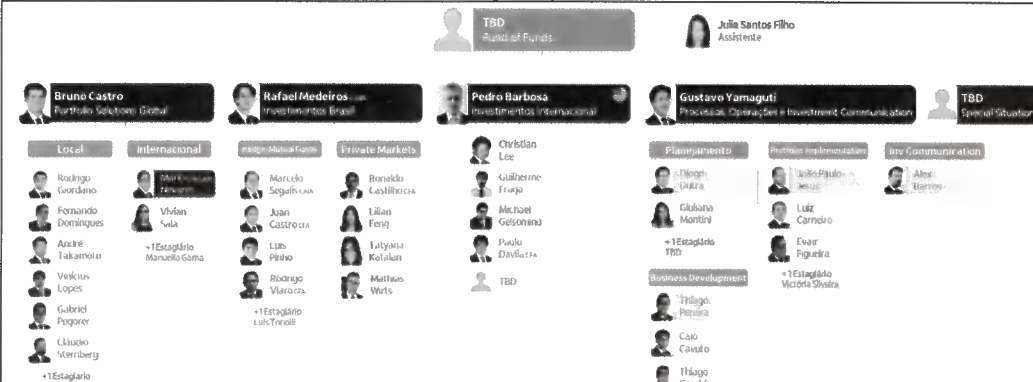
O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú Asset Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio + desempenho individual. O bônus, cujo target é alcançado com o atingimento de 100% das metas fixadas, é estabelecido com base em pesquisa salarial e variam conforme nível hierárquico e área de atuação.

A remuneração das áreas de gestão foi idealizada conforme os objetivos de suas estratégias, sendo, portanto diferenciadas entre si. O bônus é calculado de acordo com a performance, como um percentual desse target bônus. No caso dos colaboradores associados ou de alta performance (a depender o nível hierárquico), existe ainda um percentual do bônus que é adicionado ao valor final.

5.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?

Os mecanismos utilizados são: Política de Benefícios, Previdência Privada, Políticas de Méritos e Promoções, Programas de Formação (MBA nacional e internacional, programa de trainees e programa de estágio) e *Job Swaps ou expatriação* (oportunidade de executar projeto em uma das unidades externas da Itaú Asset Management).

5.3	Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?
A área de Fund of Funds disponibiliza ações de educação corporativa que visam promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das equipes e lideranças, por meio da aquisição de conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos, as quais estão divididas de acordo com o objetivo principal, a saber: - Programas de Formação: são ações que visam a capacitar os colaboradores, recém-promovidos e/ou admitidos, para o eficaz desempenho de um conjunto de atividades próprias de seu cargo. - Programas de Aperfeiçoamento: são ações que visam a oferecer aos colaboradores já formados e com vivência na função condições para um melhor desempenho. São estruturados a partir de necessidades específicas das áreas. - Programas de Especialização: são programas que visam a complementar e a consolidar a formação técnica dos profissionais por meio de cursos de especialização (Programa de Especialização e MBA in-company). - Programas de Certificação Profissional: são programas que permitem ao colaborador obter certificação profissional, em conformidade com regras e normas estabelecidas por entidades reguladoras, nacionais e internacionais (Certificação Nacional e Internacional).	
6 - Informações Gerais	
6.1	Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, <i>hardware</i> e <i>software</i>)? Existem planos de expansão?
A organização possui uma estrutura capaz de suportar o crescimento dos ativos, conforme planejamento estratégico de crescimento do negócio.	
6.2	A empresa já foi objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente)
Sim, em setembro de 2018, a Fitch Ratings reafirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimento da Itaú Asset Management em "Excelente" refletindo a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimentos oferecidas.	
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?
Revista Exame - Melhor gestora de fundos pela 10ª vez (2018, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2009, 2008, 2005 e 2001). - Prêmio Cinco Estrelas em fundos de Multimercado 2017, 2016, 2013, 2011 e 2010 - Prêmio Cinco Estrelas em fundos de Renda Variável 2012 e 2011 - Prêmio Cinco Estrelas em fundos de Renda Variável Global 2018 e 2015 Valor S&P - Prêmio Top Gestão em fundos de Renda Variável 2011 - Prêmio Top Gestão em fundos de Multimercado 2014, 2011	
7 - Informações Operacionais	
7.1 - Análise Econômica e Pesquisa	
7.1.1	Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A Itaú DTVM compartilha estruturas de suporte com a Asset Management. A Itaú Asset Management investe significativamente nas áreas de pesquisa fundamentalista, econômica, quantitativa e de crédito cobrindo as principais economias do mundo, como a América Latina, EUA, Europa e Ásia (nesse último, com foco em China e Japão). A pesquisa quantitativa provê suporte às mesas de gestão e à área econômica, para	

modelagem de estratégias mais sofisticadas e aprimoramento de modelos econométricos. A Itaú DTVM possui equipe focada na análise de outros fundos de investimento com base em análises quantitativas e qualitativas.	
7.1.2	Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos
N/A	
7.1.3	Utiliza <i>research</i> próprio ou de terceiros? Em que proporções?
A área de Fund of Funds utiliza <i>research</i> próprio em suas análises.	
7.1.4	Caso utilize <i>research</i> próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros (<i>sell side</i>)?
O processo de investimento é focado em um estudo profundo dos gestores e suas respectivas estratégias no Brasil.	
7.1.5	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?
Os principais são: Bloomberg, Broadcast, Thomson Reuters, Economática, Valor Pro.	
7.2 – Gestão de Recursos	
7.2.1	Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
	
7.2.2	Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.
Entradas: - Mário Maia Nevares – análise e gestão de fundos exclusivos (2014) - Rodrigo Giordano – análise e gestão de fundos exclusivos (2014) - Fernando Mattar Beyruti – Co-head Asset Management (2015) - Fernando Domingues - análise e gestão de fundos exclusivos (2017) - Claudio Sternberg - análise e gestão de fundos exclusivos (2017) Saídas: - Fernando Mattar Beyruti – Co-head Asset Management (2018) - Marcel Katayama – análise e gestão de fundos com investimento no exterior (2016) - Leandro Moraes – análise e gestão de fundos exclusivos (2014) - Gustavo Murgel – CEO Asset (2015)	

7.2.3	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?
Além dos serviços mencionados no item 7.1.5, a empresa dispõe de outros sistemas para apoio a gestão. O Charles River é a principal plataforma de auxílio a gestão que oferece total integração entre as áreas de Risco, Suporte a Gestão e Gestão. Outros sistemas proprietários também são utilizados.	
7.2.4	Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?
Em primeiro momento, para todas as corretoras recomendadas, é verificado se elas possuem a certificação PQO BMF/Bovespa (mandatório no mercado brasileiro) e é feita uma análise de crédito das mesmas. Além disso, é enviado para as corretoras um questionário de Due Diligence que, depois de completado, têm suas sedes visitadas por representantes das áreas de Compliance, Risco e Segurança da Informação, além dos Coordenadores do Comitê de Corretoras (Equipe Asset). Após a Corretora ser aprovada nesses quesitos, é levada para apreciação no Comitê de Corretoras. No Comitê de Corretoras, é apresentado um ranking resultante da avaliação realizada pelas áreas acima citadas. Finalmente, para a seleção das corretoras, as equipes de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office dão o seu voto. Os votos de cada área têm um peso diferente, de acordo com o mercado em que a corretora opera. Os dados são compilados pelo Coordenador do Comitê e apresentados para revisão, todo semestre. Caso ocorra algum fato relevante em alguma contraparte selecionada/aprovada entre as reuniões semestrais, o status da corretora é reavaliado imediatamente. Caso alguma corretora seja suspensa por quaisquer motivos (operacional, regulatório, imagem, etc.), outra corretora avaliada, mas não selecionada no último Comitê, pode ser usada como substituta. A cada período de 6 meses é realizada nova votação para todas as corretoras, ou seja, as atuais selecionadas/aprovadas e eventuais recomendações pelas áreas envolvidas no processo. Comitê de Corretoras Trata-se de fórum semestral para discutir e aprovar as Corretoras que serão utilizadas para o próximo período/semestre de operações. Neste Comitê, é elaborado um ranking das contrapartes com avaliação realizada pelas áreas de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office. Participam deste Comitê os Diretores e Superintendentes da Itaú Asset Management, Risco e Compliance.	
7.2.5	Liste as corretoras aprovadas.
Existe uma relação de corretoras que são aprovadas pela reunião semestral do Comitê de Corretoras. Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento em visita presencial.	
7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de <i>discount brokers</i> e <i>research brokers</i> .
Prioritariamente, todas as ordens são executadas através de Research Brokers; e as comissões, pré-determinadas baseadas no ranking, devem ser alcançadas ao término de cada período. O uso de Discount Brokers é realizado em Fundos com maior turnover como por exemplo Fundos Long and Short, ou em situações especiais de liquidez. Os Fundos Passivos, embora não utilizem Discount Brokers, tem corretagem reduzida, dado sua condição de operação que não utiliza Research.	
7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.

O fechamento dos caixas dos fundos é realizado pela área de trading, que operacionaliza as ordens de negociação dos ativos dos fundos e carteiras administradas, além de fazer o controle diário do fluxo de caixa.											
No fechamento do dia, a área de trading consolida as informações e faz os ajustes necessários nos caixas dos fundos, via aplicações em operações overnight, comprando/vendendo títulos públicos e privados ou cotas de fundos classificados como o Referenciado DI ou Curto Prazo da própria instituição, respeitando os limites legais (regulamentos dos fundos) vigentes.											
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?										
A área de Controle Fiduciário monitora e reporta diariamente aos gestores a informação de prazo médio de todos os fundos que são tributados como longo prazo. De posse desta informação, os gestores fazem os ajustes necessários nas carteiras e ainda monitoram as operações que serão efetuadas ao longo do dia para que não haja desenquadramentos dos fundos.											
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?										
Os gestores são avaliados pela performance de seus fundos sob gestão. Mais especificamente, os fundos são avaliados em relação ao atingimento de uma meta de retorno.											
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?										
O acompanhamento da performance dos fundos é realizada por meio de monitoramento diário da rentabilidade e por intermédio de fóruns específicos (Ex.: Comitê de Performance). Estes controles são reportados para os superintendentes e diretores da Itaú Asset Management.											
7.3 – Risco											
7.3.1 – Estrutura											
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)										
A Superintendência de Gestão de Riscos Asset (SGRA) tem por objetivo implementar políticas de risco e difundir a cultura de análise de riscos financeiros nas unidades de negócio da WMS (Wealth Management & Services). A SGRA, subordinada à Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez, é uma área independente das unidades de negócio e é responsável pelo desenvolvimento e implementação dos modelos de risco de mercado, liquidez, precificação e pela análise, controle e monitoramento do risco dos produtos oferecidos pela Itaú DTVM.											
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?										
A Superintendência de Gestão de Riscos Asset (SGRA) está sob-responsabilidade do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos que se reporta para a Sra. Tatiana Grecco, Diretora responsável por Risco de Mercado e Liquidez no Itaú Unibanco.											
7.3.1.3	Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.										
Superintendente: saída do Sr. Edson Kojo e entrada do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos. Diretor de Gestão de Risco (DGR): aposentadoria do Sr. Cosmo Falco; entrada do Sr. Gabriel Moura que foi ser CFO do Itaú Chile. No final do ano de 2016 a SGRA passou a fazer parte da Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), sob-responsabilidade do Sr. Matias Granata, que foi ser Diretor de Risco de Crédito e a Sra. Tatiana Grecco assumiu a DCRML.											
7.3.1.4	Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).										
Os principais sistemas de risco utilizados pela Itaú Asset Management estão destacados no quadro a seguir:											
<table><tr><td>Sistemas</td><td>Objetivos e Definições</td><td>Principal função</td><td>Fornecedor</td></tr><tr><td colspan="4"> </td></tr></table>				Sistemas	Objetivos e Definições	Principal função	Fornecedor				
Sistemas	Objetivos e Definições	Principal função	Fornecedor								

Sophis/SIR	Cálculo de Risco de Mercado e controle de Limites de Risco para Fundos e Carteiras RF e RV	Risco de Mercado	Mysis/Proprietário
Bloomberg Port	Cálculo de Tracking Error ex-ante utilizando modelo multifatorial	Risco de Mercado	Bloomberg
OTX	Cálculo de Risco de Liquidez	Risco de Liquidez	Interno
Charles River	Pré e pós trading: Controle de regras de enquadramento legal e mandato	Legal, Crédito e Liquidez	Charles River
Sistema OY (Plataforma WEB)	Cadastramento de ocorrências de risco operacional e acompanhamento dos planos de ação e ações corretivas	Operacional	Interno
Base de Perdas Operacionais (Plataforma SAS)	Um conjunto de programas para análise dos prejuízos operacionais e conciliação com dados contábeis para alocação de capital de RO	Operacional	Interno
GRC (Plataforma OpenPages IBM)	Mapeamento, avaliação e documentação dos processos internos, riscos e controles operacionais, além dos testes de Controles Internos realizados no período	Operacional Controles Internos	IBM
7.3.1.5	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contém e quem recebe e analisa estes relatórios?		
Os relatórios de risco são gerados diariamente, com a última posição disponível do Fundo ou Carteira, e disponibilizados aos gestores. Os relatórios possuem as principais medidas de risco pertinentes à categoria do Fundo ou Carteira: VaR, Stress, B-VaR, L-VaR, Tracking Error, Gráfico GAP, Exposição e Duration. Diariamente também é elaborado o relatório de controle de limites, que mostra a utilização do limite de riscos de mercado dos Fundos e Carteiras Administradas.			
7.3.2 - Risco de Crédito			
7.3.2.1	Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.		
O mandato do fundo estabelece um percentual máximo de alocação do PL do Fundo em emissores de crédito privado de acordo com o nível de risco de crédito de cada emissor. Tais limites são monitorados diariamente através do sistema Charles River. Os níveis de exposição a risco de crédito da Itaú Asset Management, de forma consolidada, são definidos em Comitês de Crédito que contam com a participação dos principais executivos das áreas ligadas à gestão de recursos e controlados pela equipe de gestão de risco de crédito.			
7.3.2.2	Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?		
As decisões sobre quais ativos serão analisados são realizadas em um Comitê de Investimento, do qual participam analistas e gestores. A decisão é colegiada. Definido que a operação é interessante, o analista responsável fará a análise retrospectiva e prospectiva do crédito. As decisões sobre o risco de crédito são tomadas em um Comitê de Crédito. Existe uma Política de Alçadas bem definida e ratificada pela área de risco da Itaú Unibanco Holding.			
7.3.2.3	A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?		

As revisões periódicas do portfólio ajudam a identificar eventuais deteriorações de crédito, que por sua vez serão refletidas no rating. Em um evento de inadimplência, poderá ser constituída uma provisão (percentual do valor atual do título) estimada de acordo com a perda esperada vinculada aos ativos do emissor e/ou com a taxa de recuperação dado as garantias (se houver). Os ratings definidos internamente pela área de crédito da Itaú Asset Management são revisados a cada 3, 6 ou 12 meses de acordo com o nível de rating de cada emissor. Eventos extraordinários de deterioração (ou melhora) do crédito resultarão em revisão fora do período estabelecido.	
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.
O Risco de Contraparte é controlado pelo sistema Charles River no pré-trading e através de sistema interno no pós-trading (PC6). São efetuados controles de limites por emissor, concentração, rating e prazo.	
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?
O processo de análise de crédito da Itaú Asset Management compreende avaliação da saúde financeira do emissor, avaliação setorial, reuniões com o management, cálculo do rating do emissor, entre outros. Temos dois tipos de análises: • A análise retrospectiva: realizada através das demonstrações financeiras do emissor e, se for o caso, do garantidor (mínimo dois últimos anos). • A análise prospectiva: realizada através de projeção para todo período da operação, com base em premissas macroeconômicas, crescimento de receita, custo, investimentos, captação, pagamento de dívidas, etc. São realizados pelo menos dois cenários (base e de stress), com objetivo de medir capacidade de efetuar o pagamento da companhia. • Cálculo de rating: modelo proprietário para cálculo de rating. Os limites das contrapartes dos ativos que possuem risco de crédito privado são definidos pelo Comitê de Crédito da Itaú Asset Management.	
7.3.4 - Risco de Preço	
7.3.4.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, Stress Test, Stop loss, etc).
Gerenciamos nossa exposição aos riscos de mercado através de controles de limites de VaR e Stress Test. Para portfólios que seguem um determinado benchmark, utilizamos controle de risco relativo através de B-VaR ou Tracking Error ex-ante, de acordo com o modelo multifatorial. Para investimentos atrelados a taxas de juros também utilizamos medidas de exposição específicas como o DV01, 1 Year Equivalent e Modified Duration. As metodologias de Risco de Mercado adotadas estão descritas no Manual de Risco de Mercado.	
7.3.4.2	Como são formalizados os controles de risco de preço?
As metodologias são estudadas, modeladas pela SGRA, para posterior inclusão no Manual de Risco de Mercado e no Manual de Precificação.	
7.3.4.3	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: books tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira, com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos books.	
7.3.4.4	Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?
A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco: Alerta 1: utilização entre 70% e 85%	

Alerta 2: utilização entre 85% e 100%

Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

7.3.4.5 O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.

Os fundos que possuem gestão da Itaú Asset Management e administração de outra instituição também seguem os controles de riscos do administrador, que são estabelecidos em contrato, além do controle efetuado pelo Itaú Unibanco.

7.3.5 - Risco de Liquidez

7.3.5.1 Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.

O Gerenciamento de Risco de Liquidez da carteira do fundo busca mitigar os riscos, de forma que sua liquidez seja compatível com os prazos previstos no regulamento para pagamento dos pedidos de resgate e o cumprimento das obrigações do fundo. Para isso, efetuamos o controle da liquidez dos diferentes ativos financeiros do fundo, através de Índice de Liquidez calculado a partir de metodologia própria definida na política de risco de liquidez.

7.3.5.2 Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: *books* tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?

O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira e é realizado com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e os ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos *books*.

7.3.6 - Risco Operacional

7.3.6.1 Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.

O Itaú Unibanco possui uma política integrada que estabelece as diretrizes e responsabilidades associadas à estrutura de gerenciamento de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance, observando as melhores práticas de mercado, normas e regulamentações aplicáveis. O modelo do Conglomerado Itaú Unibanco para Gestão e Controle de Riscos baseia-se no conceito de “3 Linhas de Defesa”, cada uma com seus papéis e responsabilidades. As principais diretrizes de risco operacional são:

- Identificar os eventos de risco operacional que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos pelo conglomerado;
- Avaliar os eventos de risco operacional identificados e mensurar a exposição do conglomerado a esses riscos;
- Controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional identificados;
- Monitorar as exposições aos eventos de risco operacional, de forma a manter atualizado o montante de capital necessário correspondente;
- Reportar à Diretoria de Controles Internos e Risco Operacional os eventos de risco operacional relevantes associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado e os respectivos desvios em relação aos níveis de tolerância estabelecidos e aprovados no Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC), com periodicidade mínima anual;

- Assegurar que as atividades de identificação, avaliação, mensuração, controle, monitoramento e reporte considerem os eventos de risco operacional inerentes às atividades do conglomerado e aos serviços terceirizados relevantes sob sua coordenação;
- Manter documentadas e armazenadas as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional, incorridas pelo conglomerado e reportadas nos comitês quando aplicável;
- Criar cenários de Riscos Operacionais para estimar a exposição da instituição a eventos de riscos operacionais raros e de alta severidade, porém considerados plausíveis e fornecer informações sobre o risco potencial, gerando estimativas de perdas, considerando, quando necessário, o impacto da ocorrência simultânea de múltiplos eventos de risco operacional;
- Reportar as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional à Diretoria de Controles Internos e Risco Operacional.

7.3.6.2 Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7.3.6.3 Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzir suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

7.3.6.4 | Descreva a política de segurança da informação.

Objetivo da política de segurança da informação:

- Proteger e preservar a Instituição, suas informações e seus negócios.
- Assegurar a continuidade dos negócios.
- Ampliar a conscientização sobre segurança e privacidade da informação.
- Definir normas de segurança e privacidade para orientar a conduta adequada no tratamento, controle e proteção das informações, com o intuito de minimizar os riscos e diminuir o grau de exposição da Instituição, sem comprometer o bom funcionamento dos negócios.
- Definir responsabilidades.
- Atuar no Programa de Cyber Security.

As diretrizes de segurança e privacidade da Instituição são:

	▪ Sensibilizar os colaboradores sobre a importância da ética e do sigilo no tratamento de informações de clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores; ▪ Prover capacitação técnica e conscientização permanente dos colaboradores no tratamento da informação; ▪ Garantir que o tratamento da informação esteja de acordo com os requisitos legais aplicáveis; ▪ Utilizar a informação apenas para a finalidade pela qual foi coletada; ▪ Primar pela transparência na utilização das informações que lhes forem confiadas; ▪ Promover a melhoria contínua dos processos e procedimentos relativos ao tratamento da informação; ▪ Investir continuamente em tecnologia necessária para a proteção da informação. Em função de especificidades, as áreas executivas da Instituição podem possuir políticas específicas ou setoriais, porém nunca conflitantes com a Política Corporativa. As violações a esta Política estão sujeitas a sanções disciplinares de acordo com as normas internas da Instituição e a legislação vigente. Para mais informação, acesse nossa política corporativa: https://www.itaú.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/politica_corporativa_seguranca_informacao_port.pdf?title=Política Corporativa de Segurança da Informação e Cyber Security
7.3.6.5	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações?
	Sim, há um programa dedicado e monitorado, com avaliações aleatórias e periódicas. As gravações são mantidas por até 5 anos, dependendo da criticidade da área. Em relação à escuta de gravações, segue política abaixo: ▪ O funcionário que tiver necessidade de escutar uma gravação telefônica necessita da autorização do Diretor e ciência do Oficial de Controles Internos e Riscos de sua área de negócio; ▪ As solicitações de escuta efetuadas por outras Áreas Executivas da Instituição serão atendidas pelo administrador mediante aprovação do Diretor da área de negócios da WMS envolvida e do Superintendente da WMS; ▪ As solicitações de transcrição ou escuta de gravações telefônicas por órgãos reguladores serão submetidas à avaliação da Diretoria da WMS. Vale ressaltar que as informações contidas nas gravações somente podem ser usadas para fins profissionais e deve-se manter sigilo e confidencialidade em relação ao seu conteúdo. Além disso, cada funcionário só pode ouvir as conversas (com as devidas autorizações mencionadas acima) dos seus respectivos ramais. A área de SUP PLANEJ PRODUC EM TI é responsável pelo sistema de Gravação Telefônica e as premissas estabelecidas são baseadas no Código de Conduta WMS.
7.3.6.6	Descreva os procedimentos de <i>back-up</i> e redundância de informações, <i>desktops</i> e servidores (para <i>back-up</i> , cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).
	O backup dos dados, independentemente da plataforma (mainframe ou servidores corporativos, excluindo desktops, que por política não possuem informações corporativas), é efetuado na infraestrutura corporativa, composta por dispositivos de armazenamento e bibliotecas automatizadas de alta disponibilidade.

O gerenciamento também é centralizado, com papéis e responsabilidades definidos para todas as etapas, desde a solicitação de backup, e incluindo implementação e monitoramento da infraestrutura necessária e do próprio processamento do backup, entre outras atividades relacionadas ao processo.

Políticas definem atributos relacionados aos backups, como tipo (integral ou incremental), periodicidade/frequência (diário, semanal, mensal, anual), período de retenção (mensal, anual) e local de armazenamento das mídias. Estes atributos variam em função de exigências legais ou regulatórias, requerimentos do negócio/aplicação e requerimentos do fluxo de produção, entre outros fatores. Para propósito de Disaster Recovery é efetuada replicação on-line de dados.

7.3.6.7 | Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico).

O acesso ao Data Center é controlado, permitido apenas a funcionários autorizados e visitantes autorizados acompanhados por funcionário. O controle do acesso físico é feito por portas automáticas do tipo eclusa, com bloqueio controlado por cartão/leitor magnético ou manualmente pelo elemento controlador de acesso de cada área. Adicionalmente, há um segundo nível de acesso para áreas específicas dentro do Data Center. Há monitoramento por 24 horas, a partir de imagens geradas por câmeras de vigilância.

7.3.6.8 | Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar *no-breaks*, capacidade dos servidores, *links* de internet e telefonia etc.

O Centro Tecnológico localizado na cidade de Mogi Mirim que foi inaugurado em 13/03/2015, possui uma área construída de 59.815 m² de 10.600 m² de área de TI, dividido em dois data centers (DC1 e DC2).

O fornecimento de energia elétrica é feito através de uma subestação, capacitada atualmente para 30 MW com duas linhas de transmissão de 138 kV. O empreendimento conta com 12 geradores a diesel de 4MW que em caso de emergência estão capacitados para assumirem a carga de TI em aproximadamente 1 minuto. Em caso de falta de energia cada prédio possui 7 sistemas de *No Breaks* com autonomia de 15 minutos.

Para controle de temperatura dos ambientes de TI, contamos com 12 *Lineups* (conjunto de bombas, chiller, filtros e torre de resfriamento) com capacidade de 850TR. Cada prédio possui 1 tanque de água gelada que armazena 462 m³ que permite que o prédio opere por 15 minutos com o sistema de refrigeração em crise.

No empreendimento, contamos com 5 sistemas de automação que monitoram e/ou controlam cerca de 120 mil variáveis. Dentre eles podemos destacar Smart Cooling, que mantém a temperatura nas salas de TI, através de um sistema de monitoração Wireless, onde cada máquina de ar condicionado tem seu mapa de influência permitindo uma operação segura e eficiente.

Adotando as mais novas tecnologias e as melhores práticas com foco em disponibilidade, qualidade e sustentabilidade, o site obteve 4 certificações que comprovam esse compromisso:

- TIER III Gold - Projeto: certificação de um projeto concebido para ser altamente disponível;
- TIER III Gold - Construção: garantia de que a construção seguiu as diretrizes projetadas e certificadas
- LEED Gold para os prédios DC1 e DC2 e LEED Silver para o prédio NOC: certificação TI Verde, o principal selo de construção sustentável usado no Brasil; e

- TIA 942: pela abordagem dupla para acesso e rotas dos links de comunicação/telecomunicação.

Outra certificação firma o compromisso e o trabalho das equipes na busca por excelência operacional. A TIER III Gold – Operação Facilities assegura elevado nível de maturidade, Governança, Procedimento, Processo, Treinamentos e, por consequência, disponibilidade de Facilities.

O Centro Tecnológico localizado em São Paulo possui sistemas de *no break* (capacidade de 15 minutos) e, adicionalmente aos *nobreaks*, um conjunto de geradores (com redundância), que assumem o fornecimento de energia em menos de 1 minuto e são capazes de prover energia para todo o CPD, por tempo indeterminado, em caso de falta de energia da concessionária pública.

Processadores:

- **Mainframe Banco + Cartões:** 16 equipamentos físicos (IBM – zSeries), com capacidade total de 302.830 MIPS (milhões de instruções por segundo), sendo 291.068 MIPS no CTMM e 11.762 MIPS no CTSP (DR) – sem considerar capacidade *on-demand* disponível;
- **Ambiente Distribuído:** 3752 servidores que atendem o ambiente Atacado (IBM, SUN, HP, DELL).

Armazenamento:

- **DASD:** 3.562 Terabytes (CTMM) + 1.748 Terabytes (CTMM), totalizando 5.310 Terabytes em subsistemas high-end IBM.
- **SAN:** 5.784 portas (CT) + 9.384 portas (CTMM), totalizando 15.168 portas; com 30 switches (CT) + 44 switches (CTMM), totalizando 74 switches SAN Mainframe.
- **Tape78 tape drives,** 9.144 cartuchos e 29,75 PB de volume armazenado no ambiente de atacado referente ao ambiente distribuída.
- **Tape:** 64 Virtualizados com total de 12,5 TB cache e 12 Tape Libraries com total de 50,4 PB de dados retidos referente a alta plataforma.

Rede:

- Alta capacidade e redundância, com destaque para Internet (06 Links de 01 Gbps (conexão com operadoras) + 02 Links de 10Gbps (conexão com PTT) e replicação de dados para efeito de Disaster Recovery (com mais de 70 Gbps). Suporte a múltiplos protocolos (Fiber Optics (dark fiber & DWDM), STM-1 Digital Radios, MPLS).

Software Mainframe:

- **Software Básico:** IBM – z/OS
- **Segurança:** IBM – Racf/ Tivoli
- **Mensagens:** IBM – Mqseries
- **Banco de Dados:** MS-SQL; Oracle (referente ao atacado);
- **Monitores:** IBM – IMS/CICS

Software Ambiente Distribuído:

- **Software Básico:** IBM AIX, Solaris e Red Hat Linux e Windows Server

▪ Segurança: IBM – Tivoli Identity Manager (TIM) ▪ Segurança: IBM – Tivoli Access Manager (TAM) ▪ Mensagens: IBM – Mqseries ▪ Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao ambiente atacado). ▪ Correio: MS Exchange	
7.3.6.9	A instituição possui filtro de e-mail, <i>firewall</i> e sistemas de antivírus?
Sim, entre os mecanismos utilizados para proteção contra ataques lógicos podem ser destacados: firewalls em todos os pontos pertinentes, sistema de detecção de intrusão (IDS - Intrusion Detection System), execução periódica de testes de penetração, atualização contínua de servidores (patches), atualização contínua e automática de antivírus, anti-spyware e anti-spam (filtro de e-mail). São também efetuados testes de segurança visando à proteção dos sistemas contra ameaças internas e externas. O Banco possui um CIRT (Cyber Incident Response Team), responsável pela prevenção e contenção de incidentes de segurança.	
7.3.6.10	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?
Vide questão anterior. Testes são realizados periodicamente. Além disso, a existência de políticas corporativas de Segurança de Informação (SI-39) e de Continuidade de negócios (CN-5), descrevem as diretrizes para tratamento das informações, bem como realização de testes para garantir a integridade das mesmas.	
8 - Compliance e Auditoria Interna	
8.1	Quem são os responsáveis pelas áreas de <i>compliance</i> e auditoria interna e a quem se reportam?
Gilberto Frussa - Diretor de Compliance Corporativo e Eduardo Miyaki – Diretor de Controles Internos e Riscos Operacionais. A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco. O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo: ▪ Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa; ▪ Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa; ▪ Auditoria Interna – 3ª linha de defesa. Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar: Controles Internos e Risco Operacional ▪ Identificação, captura e registro de eventos de riscos; ▪ Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores; ▪ Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei <i>Sarbanes Oxley</i> (SOX); ▪ Validação dos controles para certificação de Basileia; Compliance ▪ Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;	

- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e *Compliance*, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e *compliance* na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

Auditoria Interna:

A Auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*), desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização.

Ela ajuda a organização a alcançar seus objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de:

- Gestão de riscos;
- Controle;
- Governança.

As atividades de auditoria interna no Itaú Unibanco estão alinhadas aos princípios fundamentais para a prática profissional de Auditoria Interna, à definição de auditoria interna, ao Código de Ética e às normas divulgadas pelo The IIA.

Para assegurar sua independência, a Auditoria Interna subordina-se administrativamente à Presidência do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. Suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. e acompanhadas pela CSRO - Comissão Superior de Riscos Operacionais.

As representações da Auditoria Interna localizadas em Unidades no Exterior se reportam tecnicamente à Diretoria Executiva de Auditoria do Itaú Unibanco S.A. e as suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. e também pelos Comitês de Auditoria locais.

8.2	Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.
-----	---

A adesão ao Código de Ética do Itaú Unibanco é feita por meio de um processo eletrônico anual a um termo de ciência às políticas de integridade corporativa (do qual o Código de Ética faz parte).

8.3	Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.
-----	--

A política setorial de investimentos pessoais tem por objetivo proteger o Conglomerado Itaú Unibanco de riscos legais e de imagem decorrentes da utilização de informações privilegiadas nos investimentos pessoais de diretores e colaboradores da Wealth Management & Services (WMS).

Tem por finalidade, ainda, disciplinar as operações de investimento pessoal estabelecendo requisitos, determinando restrições e fixando parâmetros para a efetivação dos negócios.

Como diretrizes gerais, a fim de observar as melhores práticas de mercado e atender as normas vigentes, é imprescindível que:

- a. Além das definições previstas na política, sejam observadas as diretrizes estabelecidas no Código de Ética Itaú Unibanco e na Política Corporativa de Integridade e Ética.
- b. As operações com Valores Mobiliários das Empresas Abertas Relacionadas ao Itaú Unibanco Holding S.A. ou neles referenciados observem as regras previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.
- c. Qualquer informação detida pelos Aderentes da política, em decorrência de sua atuação profissional no Conglomerado Itaú Unibanco, seja mantida em sigilo, e não seja usada como base para a tomada de decisão em seus investimentos que podem caracterizar por exemplo Front Running ou Insider Trading.
- d. Os investimentos sejam orientados para serem de longo prazo e não para a especulação no curto prazo.
- e. Os investimentos não sejam realizados por meio de Veículos de Investimento, com o intuito de burlar regras de investimentos previstas nesta política.
- f. Os investimentos não sejam realizados em nome ou por meio de terceiros (interpostos pessoais), bem como para benefício de seus colaboradores ou de seus clientes, ou ainda em conjunto com eles.
- g. Os investimentos não representem potencial conflito de interesse entre as operações em nome próprio e o exercício de suas funções.
- h. Não se utilize processo ou artifício destinado à criação de Condições Artificiais de Demanda, Oferta ou Preço de Valores Mobiliários, à Manipulação de Preço, à realização de operações fraudulentas ou ao uso de Práticas Não Equitativas.
- i. A solvência e a credibilidade dos Aderentes desta Política não sejam colocadas em risco.

Existe monitoramento periódico e o reporte é feito ao Comitê Integridade e Ética.

Para mais informação, acesse nossa política disponível no link:

<http://www.itaubr.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/>

8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa?
Não. Executivos e sócios possuem acesso aos mesmos instrumentos de investimento que clientes do banco.	
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa.
As empresas do conglomerado Itaú Unibanco conduzem suas atividades de administração de carteira de valores mobiliários por meio de estruturas segregadas e independentes das demais atividades do conglomerado, inclusive da tesouraria institucional, a qual realiza a aplicação de recursos próprios das empresas do conglomerado.	
Considerando a completa segregação entre a tesouraria institucional e as atividades de administração de recursos de terceiros, em nenhuma hipótese há fluxo de informações sobre os investimentos da tesouraria e das áreas do conglomerado que realizam a administração de recursos de terceiros, e as decisões de investimento são conduzidas de modo completamente independente e segregado.	
Os investimentos realizados pela tesouraria institucional são realizados com observância de princípios prudenciais e com pleno atendimento das diretrizes da regulamentação aplicável, inclusive das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.	
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como <i>front running</i> , vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de

	comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de <i>webmail</i> externo)
	A WMS proíbe a utilização de sistemas de telefonia móvel – transmissão de voz ou dados (ex.: smartphones e tablets) dentro das dependências estabelecidas no Código de Conduta WMS para todos os seus colaboradores; há monitoramento dos e-mails enviados para fora do banco, assim como as mensagens trocadas pelos canais da Bloomberg e Reuters.
8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores.
	Como instituição financeira, os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos diversos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. O processo de identificação de cliente é realizado por meio de proposta de abertura de conta e ficha cadastral, que atendem à legislações específicas do Banco Central, além de um processo mais aprofundado de KYC (Know Your Customer), conforme o segmento do cliente. Nos casos em que os fundos são distribuídos por terceiros, o distribuidor é aprovado em comitê após avaliação das equipes de Risco e de Controles Internos, que realizam visitas periódicas de due diligence para avaliação de requisitos no processo de KYP (Know Your Partner), incluindo as obrigações previstas na legislação para distribuidores. Após a aprovação do distribuidor em Comitê, é celebrado um Contrato de Distribuição, que estabelece cláusulas sobre prevenção à lavagem de dinheiro, exigindo que o distribuidor tome as medidas necessárias para evitar que seus clientes cometam crimes ou práticas ilícitas de lavagem de dinheiro. A movimentação dos cotistas de fundos é monitorada com base em critérios definidos pela equipe de PLD (prevenção à lavagem de dinheiro) do Itaú Unibanco..
8.8	Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de <i>chinese wall</i> e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.
	A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros. Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de <i>best execution</i>, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização. Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes. Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência. As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela: ▪ Segregação comercial por segmento de mercado, ▪ Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras, ▪ Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de <i>back office</i>, e ▪ Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de <i>Compliance</i> Atacado

(SCA) das áreas de negócios e potenciais geradoras de riscos; ▪ Segregação física e de Sistemas. ▪ Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA. ▪ A Itaú DTVM é subordinada à Itaú Asset Management e possui estrutura segregada lógica e fisicamente das demais mesas da Asset. O ambiente físico, acesso à sistemas e ambiente de rede possuem segregação e controle de acessos, monitorados pela equipe de compliance.	
8.9	No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras? O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia). Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada física e estruturalmente de Fund of Funds, tendo um back-office próprio para desempenhar estas atividades.
8.10	Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras. As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.
8.11	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas. As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de "túnel de preço", que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste "túnel", o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.
8.12	Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa? Não.
8.13	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração. O assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

8.14	Descreva as regras para o tratamento de soft dollar tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.
	O Conglomerado Itaú Unibanco possui políticas e procedimentos internos para o processo de prevenção à lavagem de dinheiro, combate à corrupção e financiamento ao terrorismo. No processo de Know Your Partner (Conheça seu Parceiro), avaliamos as empresas contratadas para distribuição de fundos, gestores independentes e intermediação de valores, considerando o ambiente de controle, governança, ética, conflito de interesses, segurança da informação, continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, metodologia de suitability, certificação profissional, além da gestão dos riscos (mercado, crédito, operacional), controle de limites operacionais. O Itaú Unibanco entende como “soft dollars” a prática de mercado na qual gestores de recursos de terceiros utilizam a taxa de corretagem paga pelos clientes para obter, junto às corretoras com as quais operam, produtos e/ou serviços relacionados à execução de ordens e à análise de valores mobiliários (feeders, conferências, sistemas para cálculo de risco de mercado, assinatura de periódicos, etc.). O Itaú Unibanco possui regras não restritivas a respeito de soft dollars. Não obstante, possui um processo robusto de avaliação de corretoras, acima descrito, por meio do qual persegue sempre a melhor relação custo-benefício na contratação de serviços de intermediação de operações, bem como controles para monitorar e limitar a concentração de operações entre intermediários. Adicionalmente à política de soft dollars, o Itaú Unibanco também tem um código de conduta e políticas internas que estabelecem as regras para que as cortesias (ex. brindes, presentes, convites para eventos esportivos, culturais e artísticos, etc.) eventualmente oferecidas ou concedidas aos colaboradores do Itaú Unibanco não influenciem o processo de tomada de decisão de contratação de quaisquer prestadores de serviço, incluindo-se aí os intermediários de operações.
8.15	A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.
	A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão. Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para maiores informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.
8.16	São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?
	A área de Controles Internos e Compliance dispõe de um conjunto de testes regulares de controles, que visam garantir a sua adequação a todas as normas aplicáveis à atuação do Conglomerado. Os testes são realizados conforme metodologia prevista no Manual da Metodologia de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Itaú Unibanco S.A. A metodologia de Controles Internos e Compliance tem como objetivo orientar e padronizar a atuação do Oficial de Controles Internos e Risco ou OCIR (2ª linha de defesa) no apoio às áreas de negócio e suporte (primeira linha de defesa) na identificação, mensuração e avaliação, mitigação e controle, monitoramento e reporte dos riscos operacionais. Dessa forma, a aplicação da metodologia visa manter os níveis de risco nos patamares aceitáveis pela instituição e contribuir para a realização dos objetivos da organização.

9 - Questões Jurídicas e Legais		
9.1	Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)	
As questões jurídicas são tratadas por estrutura interna especializada em questões relativas ao mercado de capitais.		
9.2	A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.	
O Itaú Unibanco S.A. e seus dirigentes, ao longo do desenvolvimento de suas respectivas atividades, foram partes de processos administrativos na CVM, no BACEN e no CRSFN. Entretanto, não houve nenhuma condenação que impactasse a atividade de gestor de fundos de investimento.		
9.3	Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM , no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?	
Atualmente, não existe nenhum processo administrativo contra o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de instituição gestora de fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555. Entretanto, o Itaú Unibanco S.A. e seus dirigentes, ao longo do desenvolvimento de suas respectivas atividades, foram partes de processos administrativos na CVM, no BACEN e no CRSFN. Porém, não houve nenhuma condenação que impactasse a atividade de gestão de fundos de investimento.		
10 - Anexos		
10.1	Resumo Profissional	Sim
10.2	Manual de Risco	Favor referir ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco (https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas)
10.3	Manuais de Marcação a Mercado	Por favor, referir-se ao site de Relação com Clientes Institucionais (http://www.itaubr.com.br/ClientesInstitucionais/Index.aspx/Index)
10.4	Manual de Compliance	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
10.5	Código de Ética e Conduta	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima
10.7	Relatório de Rating	Sim
10.8	Manual de Liquidez	Por favor, referir-se ao site de Relação com



		Investidores do Itaú Unibanco acima.
10.9	Política de <i>Suitability</i>	N/D

2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

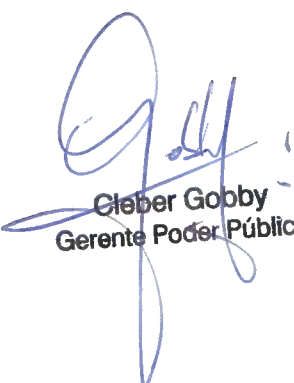
Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local

São Paulo

Data

28/06/2019 / 15/08/19



Cleber Gobby
Gerente Poder Público

Nome

Itaú Unibanco Fund of Funds

3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
1.2	Entrada e saída dos principais sócios.
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização.
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.

POLIANA CARVALHO DE SA LEONARDO 055.670.754-05
Perceiros

ISABELLA LUIZA GOMES QUIRINO MENEZES LEAL FREIRE ALMEIDA
049 281.154-73
Quirino

ELORA ALVANIRA GUEDES DE SA TOULLES 042.435.664-42
[Signature]

LEONARDO CARLOS ALVES DOS SANTOS 734.019.664-82
[Signature]

Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

Banco Itaú Unibanco S.A.

Contratante:

Questionário preenchido por:

Tíme de Vendas Especializadas

Data:

31 março de 2019

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A").

Versão: [-]



Apresentação

Este questionário é baseado no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código”). Ele tem o objetivo de auxiliar o administrador fiduciário no processo de contratação de gestores de recursos de terceiros para os fundos de investimento.

O questionário busca abordar, minimamente, a adoção de práticas consistentes, objetivas e passíveis de verificação que sejam suficientes não só para entender e mensurar os riscos associados à prestação de serviço como também para garantir um padrão aceitável da instituição a ser contratada.

O anexo ao questionário trata de informações específicas dos fundos de investimento.

O administrador fiduciário poderá adicionar outras questões julgadas relevantes na forma de anexo a esse questionário.

Este questionário deve ser respondido por profissional com poderes de representação, e qualquer alteração em relação às respostas enviadas e aos documentos encaminhados após o preenchimento deste questionário deve ser enviada à instituição que contratou a prestação de serviço em até cinco dias úteis da referida alteração.

Este questionário entrará em vigor em 11 de janeiro de 2019.

Sumário

Apresentação	1
1. Informações cadastrais	4
2. Informações institucionais	5
3. Receitas e dados financeiros	10
4. Recursos humanos.....	11
5. Informações gerais	13
6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito	14
7. Gestão de recursos	17
8. Distribuição	22
9. Risco	23
10. Compliance e controles internos	30
11. Jurídico.....	35
12. Anexos ou endereço eletrônico	36
1. Alterações desde a última atualização.....	38
2. Perfil	40
3. Equipe de gestão do fundo.....	40
4. Estratégias e carteiras	41
5. Uso de derivativos	41
6. Compra de cotas de fundos de investimento	41
7. Informações adicionais	42
8. Gestão de risco	42
9. Comportamento do fundo em crises	44
10. Três períodos de maior perda do fundo	44
11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos	45
12. Relacionamento com distribuidores/alocadores	45
13. Atendimento aos cotistas.....	45
14. Investimento no exterior.....	46
15. Anexos (quando aplicável)	47

1. Informações cadastrais

1.1 Razão social

Banco Itaú Unibanco S.A.

1.2 Nome fantasia

Itaú Asset Management ("IAM")

1.3 É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB")?

Sim.

1.4 Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.

As principais autoridades regulatórias em que a empresa possui registro são: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

1.5 Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?

Sim, as principais são ANBIMA e FEBRAN.

1.6 É instituição nacional ou estrangeira?

Nacional.

1.7 Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?

O Banco Itaú possui filiais responsáveis pela gestão de recursos de terceiros em Nova Iorque, Buenos Aires, Santiago e Bogotá*.

* A atuação do Itaú Unibanco em certas unidades externas pode se dar por meio de sociedades legalmente constituídas nesses países, sendo essas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco

1.8 Endereço

Itaú Asset Management:

Av. Faria Lima 3500 – 4º andar

São Paulo, SP

Brasil CEP:04538-132

1.9 CNPJ

60.701.190/0001-04

1.10 Data de Constituição

Data da Constituição do Itaú: Janeiro de 1945

Data da Constituição do Unibanco: Setembro de 1924

Data da Fusão entre Itaú e Unibanco: Novembro de 2008

1.11 Telefones

(11) 3631-2939

1.12 Website

www.itaubase.com.br

1.13 Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário

Antonio Carlos Zanchetta.

1.14 Telefone para contato

(11) 3631-2515

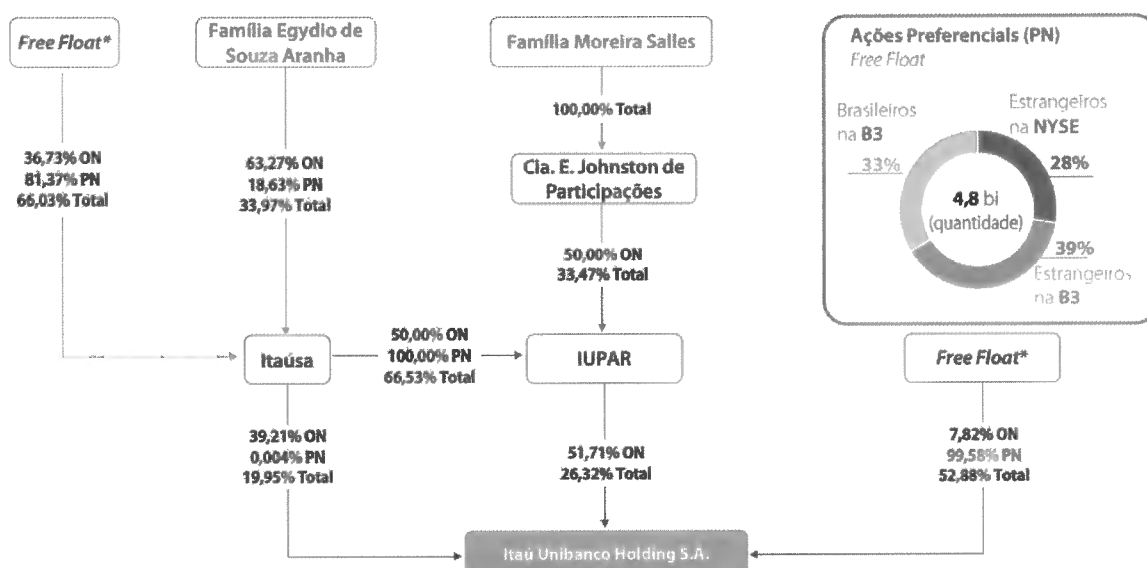
1.15 E-mail para contato

distribuicao@itau-unibanco.com.br

2. Informações institucionais

2.1

Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).

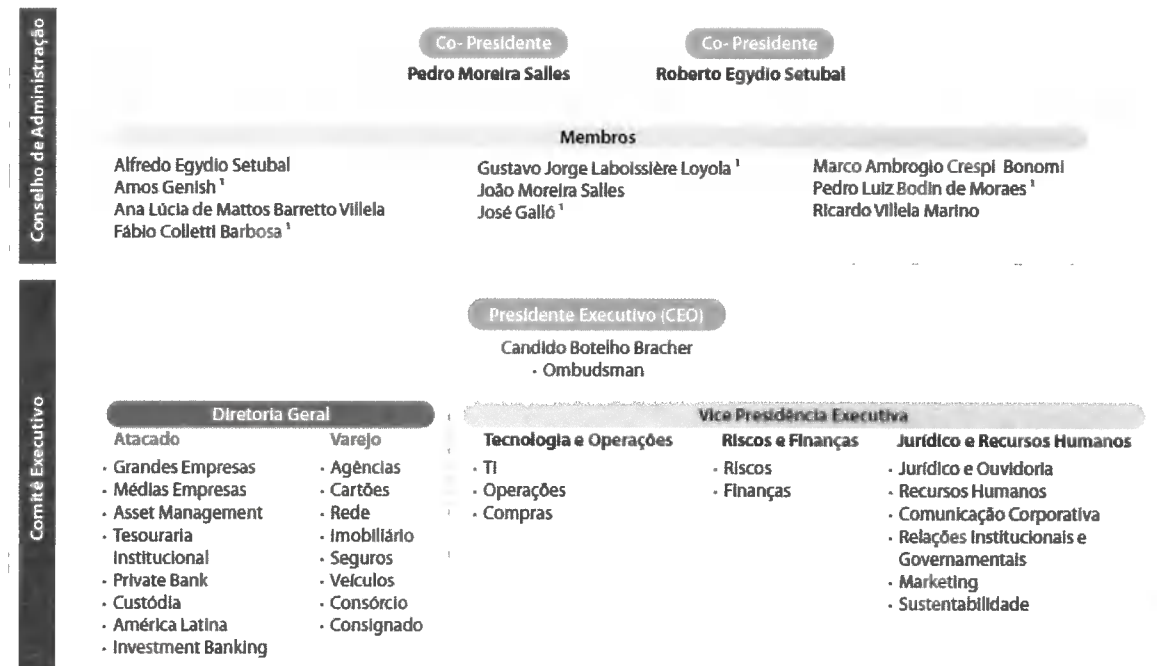


Nota: ON = Ação Ordinária; PN = Ação Preferencial; (*) Excluindo Controladores e Tesouraria.

Fonte: Apresentação Institucional – 1º Trimestre de 2019

2.2

Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável).



(1) Conselheiro Independente.

Fonte: Apresentação Institucional – 1º Trimestre de 2019

2.3 Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).



¹ Indexados | Beta

* Itaú Unibanco S.A. é considerado um "filado participante" do IUAM e alguns dos seus colaboradores são "pessoas associadas" ao IUAM pela omissão de não-ação do SEC. Colaboradores identificados no quadro da organização como pessoas associadas ao IUAM executam atividades relacionadas direta ou indiretamente ao serviço de aconselhamento de investimentos prestado pela IUAM. Em tais situações, esses indivíduos agem em favor da IUAM como conselheiros de investimento registrados na US SEC. As regulamentações da SEC são aplicáveis exclusivamente aos clientes ITAÚ e aos investidores atuais e em potencial da IUAM.

Fonte: Apresentação Institucional – 1º Trimestre de 2019

* Na data da publicação deste relatório houve uma alteração no quadro executivo da Itaú Asset com a saída do CEO Marcello Siniscalchi e o COO Marcelo Fatio. Para a posição de CEO assumiu Rubens Luiz dos Santos Henriques. Sua biografia encontra-se no item 2.10.

2.4 A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).

Sim, o Itaú Unibanco é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA. Além deste código, o Itaú Unibanco também adere aos seguintes códigos da ANBIMA:

- Código para Fundos de Investimento
- Código para o Programa de Certificação Continuada
- Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais
- Código para Private Banking no Mercado Doméstico
- Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE
- Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas
- Código de Distribuição de Produtos no Varejo
- Código de Ética
- Código de Negociação de Instrumentos Financeiros
- Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor

2.5 A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?

Sim.

2.6 A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?

Sim, desde 2008.

2.7 A gestora é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.

Sim, somos signatários do Código de Autorregulação da FEBRABAN e do Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship.

2.8 Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar:

- CNPJ da empresa;
- percentual detido pelo executivo na empresa; e
- qual a atividade por ele desempenhada.

Todos os colaboradores estão sujeitos ao Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Segundo o qual, caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar o pedido em questão.

2.9 Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever:

- a estrutura funcional de segregação e
- o relacionamento com a gestora.

O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia). Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente da Itaú Asset Management, tendo um back office próprio para desempenhar estas atividades.

O Itaú Unibanco possui Política de Segregação de atividades (sigla interna PR-71), atualizada anualmente, que define os Princípios, Diretrizes e Gestão de Segregação adotados pela Diretoria Geral de Atacado (DGA) do Itaú Unibanco S.A.

Os princípios são:

- Manter sigilo sobre as operações e estratégias confidenciais da Instituição e de seus clientes,

Usar as informações confidenciais recebidas em sua atividade profissional exclusivamente no exercício de suas funções;

- Não fazer uso de informações confidenciais obtidas no exercício de suas atividades funcionais em benefício próprio ou de terceiros;

- Executar suas funções com base nas informações de sua respectiva área ou equipe, obtidas de forma independente das demais áreas ou equipes das quais sua área ou equipe de atuação estejam segregadas. Não buscar obter, nem fornecer informações confidenciais da Instituição ou de seus clientes violando Barreiras de Informação estabelecidas nos termos desta Política;

- É estritamente vedada a utilização de Informação Privilegiada na negociação de Valores Mobiliários no exercício de suas atividades na Instituição, seja na gestão dos recursos próprios, seja na administração de recursos de terceiros ou na prestação de serviços no mercado de capitais, como os de intermediação ou correlatos. A vedação aqui referida não abrange a negociação com informações resultantes de pesquisa ou avaliação não divulgada, promovida pela própria área ou equipe responsável pela negociação e baseada exclusivamente em dados públicos, sem prejuízo às restrições específicas relacionadas à área de Research. É vedada a transmissão, de modo formal ou informal, de informações confidenciais de propriedade de clientes, salvo na medida em que o fluxo de informações confidenciais seja estritamente necessário à atuação da Instituição no interesse do cliente fornecedor ou proprietário da informação (need to know basis). Nenhum colaborador pode acessar instalações das áreas segregadas fisicamente com acesso restrito, sem autorização. Nenhum colaborador pode acessar sistemas e bases que permitam consulta a informações confidenciais quando não forem necessárias à execução de suas atividades;

- As negociações pessoais do público-alvo estão sujeitas à(s) Política(s) de Investimentos Pessoais do Conglomerado e demais normas internas que sejam aplicáveis ao público-alvo (inclusive as regras relativas às negociações de Valores Mobiliários de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.,

- A participação do público-alvo em Comitês deverá considerar os parâmetros e recomendações contidos nesta Política. Especial atenção deve ser dedicada à avaliação de conveniência e efeitos de eventual transmissão de Informações Privilegiadas a colaboradores que atuem na negociação ou intermediação de Valores Mobiliários;

Os colaboradores do Lado Privado não podem compartilhar, de modo formal ou informal, Informações Privilegiadas com colaboradores do Lado Público;

Poderão ser estabelecidas regras e Políticas adicionais para atendimento de especificidades ou exigências regulatórias aplicáveis a áreas específicas da Diretoria Geral de Atacado, tais como áreas envolvidas com atividades como administração de recursos de terceiros e consultoria, análise e distribuição e intermediação de Valores Mobiliários, e/ou a outras áreas que executem atividades relacionadas à Diretoria Geral de Atacado, inclusive na Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF), tais como as equipes envolvidas com o controle de riscos na gestão de recursos de terceiros. Tais regras e Políticas deverão ser observadas pelos seus destinatários adicionalmente às disposições desta Política. Em caso de divergência entre o teor desta Política e das regras adicionais específicas, as regras específicas prevalecerão;

Todas as alterações significativas de estrutura organizacional na DGA e áreas neutras, que possam ter impacto para os procedimentos de segregação de atividades e/ou possibilidade de alteração de vaso comunicante descritos nesta Política, devem ser comunicadas previamente pelas áreas executoras à Diretoria de Compliance Corporativo (DCC), que as avaliará, com o suporte da Diretoria Jurídica Negócios Atacado, quando cabível, podendo sugerir ajustes ou controles adicionais para assegurar a observância dos princípios e regras desta Política;

Alterações relevantes de produtos e processos que envolvam aspectos de segregação devem seguir a Governança estabelecida na Política Corporativa de Avaliação de Produtos e documentos relacionados referentes a cada área de negócio da DGA

Com relação à “gestão de incidentes, caso o colaborador tenha alguma dúvida ou suspeita sobre quebra accidental de barreira, ou outra situação em que haja indício de violação das regras desta Política ou risco de disseminação de Informação Privilegiada, deve-se enviar e-mail para: “Segregacao DGA”

2.10	Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).
------	--

Rubens Luiz dos Santos Henriques - CEO Itaú Asset Management

Rubens iniciou sua trajetória no mercado financeiro no Votorantim Asset Management. Ingressou no Itaú Unibanco em 2007, tendo liderado a área de gestão de recursos responsável pela arquitetura aberta no Brasil e no exterior. Desde a fusão do Itaú Unibanco esteve envolvido no desenvolvimento da área de Fund of Funds, que passou a liderar em 2013. Sob sua gestão a equipe de 34 pessoas no Brasil e no exterior levou o business de Fund of Funds de R\$40bi em 2013 para R\$150bi em 2018. Tornou-se diretor do banco em 2018 e em maio de 2019 foi convidado para assumir a cadeira de CEO da Itaú Asset Management, combinando sua diretoria de Fund of Funds com a Itaú Asset.

Rubens é graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é alumni pela Harvard Business School, certificado em Risk Management pela The Wharton School e concluiu o Programa de Educação Executiva da Dom Cabral. Adicionalmente, possui a certificação CAIA (Chartered Alternative Investment Analyst).

3. Receitas e dados financeiros

3.1	Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5(cinco) anos.		
	Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)	Número de pessoas que trabalham na gestora
	2018	679,5 bilhões	244**
	2017	601,1 bilhões	262
	2016	524,0 bilhões	259
	2015	462,0 bilhões	270**
	2014	388,3 bilhões	363
*Fonte: Ranking de Gestão Anbima, dezembro de 2018. **Mudança no critério de demonstração da Informação, contendo apenas os profissionais alocados na estrutura da Itaú Asset Management.			
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).		
	FUNDOS	Nº	% Carteira
	Domicílio local	N/D	100% (Dados conforme enviados a ANBIMA).
	Domicílio em outro país	N/D	N/D
	Clubes de Investimento	Nº	% Carteira
		N/D	N/D

	Carteiras	Nº	% Carteira
	Domicílio Local	N/D	N/D
	Carteira de Investidor Não Residente	N/D	N/D
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:		
	Tipo	Nº	Exclusivos/Reservados
	Renda Fixa	163	-
	Multimercado	343	-
	Cambial	2	-
	Ações	92	-
	FIDC	-	-
	FIP	-	-
	FIEE	-	-
	FII	-	-
	Fundo de Índice (ETF)	8	-
	Outras categorias	87	-
3.4	Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?		

Temos uma parcela de ativos referentes às nossas reservas técnicas que compõem o total de ativos sob gestão. Já o percentual relativo a sócios e principais executivos não é significativo frente ao volume total gerido pela Itaú Asset Management.

4. Recursos humanos

4.1 Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?

A Itaú Asset Management possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar os funcionários aos objetivos e prioridades da área. O foco do plano de remuneração é incentivar, de forma concomitante, o desempenho global da Asset, o desempenho de cada unidade de negócio e o desempenho individual.

O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú Asset Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio e o desempenho individual. O bônus, cujo target é alcançado com o atingimento de 100% das metas fixadas, é estabelecido com base em pesquisa salarial e variam conforme nível hierárquico e área de atuação.

A remuneração das áreas de gestão foi idealizada conforme os objetivos de suas estratégias, sendo, portanto diferenciadas entre si. O bônus é calculado de acordo com a performance, como um percentual desse target bônus. No caso dos colaboradores associados ou de alta performance (a depender o nível hierárquico), existe ainda um percentual do bônus que é adicionado ao valor final.

4.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?

Os mecanismos utilizados são: Política de Benefícios, Previdência Privada, Políticas de Méritos e Promoções, Programas de Formação (MBA nacional e internacional, programa de trainees e programa de estágio) e Job Swaps ou expatriação (oportunidade de executar projeto em uma das unidades externas da Itaú Asset Management).

Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.

A Academia Asset disponibiliza ações de educação corporativa que visam promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das equipes e lideranças, por meio da aquisição de conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos, as quais estão divididas de acordo com o objetivo principal, a saber:

- **Programas de Formação:** são ações que visam a capacitar os colaboradores, recém-promovidos e/ou admitidos, para o eficaz desempenho de um conjunto de atividades próprias de seu cargo.
- **Programas de Aperfeiçoamento:** são ações que visam a oferecer aos colaboradores já formados e com vivência na função condições para um melhor desempenho. São estruturados a partir de necessidades específicas das áreas.
- **Programas de Especialização:** são programas que visam a complementar e a consolidar a formação técnica dos profissionais por meio de cursos de especialização (Programa de Especialização e MBA in-company).
- **Programas de Certificação Profissional:** são programas que permitem ao colaborador obter certificação profissional, em conformidade com regras e normas estabelecidas por entidades reguladoras, nacionais e internacionais (Certificação Nacional e Internacional).

4.4 De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?

Os gestores são avaliados pela performance ou a aderência de seus fundos sob gestão. Mais especificamente, os fundos são avaliados em relação ao atingimento de uma meta de retorno e ao desempenho relativo aos fundos concorrentes semelhantes (*peer group*). No caso dos fundos cujo mandato seja replicar um índice, define-se performance como sendo sua aderência à sua referência.

4.5 A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo ("PLDFT")? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

Sim. O programa de treinamento de PLD/CFT do Itaú Unibanco é contínuo e permanente, de acordo com as diretrizes de nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos. É composto por: a) e-learning; b) treinamento em sala de aula; c) campanhas de conscientização e materiais de apoio. O e-learning de PLD/CFT é aplicável a todos os funcionários e reciclado a cada dois anos.

4.6 Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

As políticas de práticas ilícitas estão incorporadas na Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos e seguem os mesmos programas de treinamentos citado na questão 4.5.

5. Informações gerais

5.1 Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.

Não. A Itaú Asset é a unidade de negócios do Itaú Unibanco responsável pela gestão de recursos de terceiros.

5.2 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).

A organização possui uma estrutura capaz de suportar o crescimento dos ativos, conforme planejamento estratégico de crescimento do negócio.

5.3 A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).

Sim, em setembro de 2018, a Fitch Ratings reafirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimento da Itaú Asset Management em "Excelente" refletindo a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimentos oferecidas.

A Standard & Poor's Global Ratings afirmou, em outubro 2018, o Rating de Práticas de Administração de Recursos de Terceiros da Itaú Asset Management (IAM) em "AMP-1 (Muito Forte)".

5.4 Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?

Revista Exame

- Melhor gestora de fundos pela 10ª vez (2018, 2017, 2016, 2015, 2014)
- Melhor gestora de fundos Multimercados, além de melhor gestora de fundos de Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2018
- Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações, Alta Renda e Varejo Seletivo em 2017
- Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações e Multimercado, além de melhor gestora de fundos de Varejo, Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2016
- Melhor gestora em fundos de Renda Fixa e de Varejo Seletivo em 2015
- Melhor gestora de fundos voltado para empresas e investidores institucionais e a melhor gestora de fundos multimercados do ano de 2014

Investidor Institucional

- 2016 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais
- 2015 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais

Valor S&P

- Prêmio Top Gestão em fundos de Renda Variável 2017
- Prêmio Top Gestão 2015: gestor com maior número de fundos 5 estrelas (15)
- Prêmio Top Gestão na Categoria Alocação Mista Flexível 2014
- Prêmio Top Gestão na Categoria Multimercados 2016

6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito

6.1 Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).

A Itaú Asset Management investe significativamente nas áreas de pesquisa fundamentalista, econômica, quantitativa e de crédito cobrindo as principais economias do mundo, como a América Latina, EUA, Europa e Ásia (nesse último, com foco em China e Japão).

A pesquisa quantitativa provê suporte às mesas de gestão e à área econômica, para modelagem de estratégias mais sofisticadas e aprimoramento de modelos econométricos. A área também atua no desenvolvimento de tecnologias de Portfolio Solutions.

Já a área de crédito está inserida na mesa de fundos de crédito e possui parte da equipe focada em análise de crédito no Brasil, Estados Unidos e Latam.

A análise de renda variável está segregada em dois grupos principais: estratégias ativas e estratégias de retorno absoluto.

Atualmente, as equipes de pesquisa de empresas cobrem grande parte das empresas na América Latina, das quais boa parte são companhias brasileiras. Os analistas mantêm contato constante com provedores de relatórios de pesquisa externo (sell side), que os ajudam a complementar o rigoroso monitoramento interno de emissores e títulos de crédito.

6.2 A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.

Integramos questões ASG em nosso processo de investimento por meio de uma metodologia de análise própria, e pela contratação de serviços especializados. A metodologia desenvolvida pela Itaú Asset Management para integrar questões ASG em seu processo de avaliação de empresas listadas tem como objetivo precificar o impacto dessas questões nos modelos tradicionais de valuation. Essa avaliação identifica dimensões multisetoriais e prioriza as dimensões críticas para cada setor no momento de avaliar as empresas. Para avaliação do desempenho de cada empresa são considerados:

- Potencial impacto no fluxo de caixa;
- Gerenciabilidade; e
- Disponibilidade de informações. Como resultado é apresentada uma estimativa de impacto no valor justo da empresa na data da avaliação.

O conhecimento e precificação prévia de temas ASG relevantes auxiliam a identificação de eventos com potencial de geração ou destruição de valor para as empresas. Os fundos de renda variável com gestão ativa consideram as análises realizadas de acordo com essa metodologia em seu processo de decisão de investimento. Não utilizamos filtros negativos que restrinjam o universo de investimento e impactem negativamente o retorno dos investimentos.

6.3 Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.

Não houve mudanças relevantes desde da entrada do economista-chefe no final de junho de 2013.

6.4 Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?

Além da Estrutura apresentada na questão 6.1, utilizamos serviços de consultores políticos e econômicos, especializados nos mercados doméstico e internacional. A importância da utilização destas fontes está em:

- Informações mais detalhadas e globais para fins comparativos;
- Sermos formadores de opinião;
- Monitoramento de consenso de mercado.

Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (*sell side*)?

Esta equipe trabalha como suporte para o *buy side*. A equipe de análise, independente da mesa na qual está inserida, tem como base da sua política de investimento a análise fundamentalista, com foco na análise bottom-up (análise de empresas), complementada pela análise top-down (econômica e política). Os parâmetros da análise top-down são definidos especialmente pela área de Pesquisa Econômica da Itaú Asset Management.

Top-down

- Indica o grau de apostas das carteiras e orienta o approach setorial. Envolve a avaliação dos fatores que influenciam o risco-país.

Stock picking ou bottom-up

- Seleção das ações com base no potencial de valorização calculado a partir de projeções de fluxos de caixa (DCF) e análise dos demais indicadores utilizados pelo mercado (EV/EBITDA, P/E, P/BV etc).
- Uso intenso da comparação com o valuation de empresas e ações semelhantes nos mercados desenvolvidos e concorrentes em relação aos fluxos dos investidores internacionais.
- Os analistas e gestores definem se a alocação deve ser negativa, neutra ou positiva. O processo de construção da carteira leva em conta:
- Bottom-up: setores e empresas com maior potencial de valorização;
- Análise integrada com abordagem top-down, para alinhar as opções de investimentos;
- Simulação da carteira teórica no modelo de “fronteira eficiente” – desenvolvido internamente, com base no modelo de Markowitz e tomando como parâmetros os upsides calculados pelos analistas

A equipe de Renda Fixa também utiliza dados e relatórios da equipe de pesquisa econômica (projeções de atividade, inflação, Juros, etc.) que auxilia a fundamentar suas decisões de investimento.

6.6 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Os principais são: Bloomberg, Broadcast, Thomson Reuters, Economática, Valor Pro.

7. Gestão de recursos

7.1 Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.

Principais mudanças:

Entradas:

- Eduardo Camara Lopes – Superintendente Portfolio Solutions (2017)*
- Wladyslaw Zwiazek Carneiro Ribeiro – Gestão Renda Variável e Long and Short (2018)
- Ruy Monteiro Ribeiro – Gestão Portfolio Solutions (2018)
- Alexandre Frade Rodrigues – Gestão Indexados (2018)
- Luiz Alberto Thomson de Lacerda – Gestão Portfolio Solutions (2018)

*Eduardo ingressou na Itaú BBA em 2002 (quando o Itaú associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt), saiu em 2007 e retornou no ano de 2017.

Saídas:

- Ronaldo Patah – Gestão de Renda Fixa (2014)
- Gustavo Murgel – CEO Asset (2015)
- Fabiano Gutierrez Custódio – Gestão Renda Variável e Long and Short (2017)
- André Castro – Gestão Long and Short (2017)
- Tatiana Grecco - Superintendente Portfolio Solutions (2017)
- Gilberto Hideo Nagai – Gestão Renda Variável (2018)
- Ricardo Jun Maeji – Gestão de Renda Variável (2018)
- Frederic Campos Brown – Gestão de Indexados (2018)
- Luiz Felix Cavallari Filho – Gestão de Indexados (2018)
- Fernando Beyruti - Co-Head da Itaú Asset Management (2019)

Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de
7.2 fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.

Seleção de Corretoras

A seleção de fornecedores terceirizados é bastante robusta. Em primeiro momento, para todas as corretoras recomendadas, é verificado se elas possuem a certificação PQO BMF/Bovespa (mandatório no mercado brasileiro) e é feita uma análise de crédito das mesmas. Além disso, é enviado para as corretoras um questionário de Due Diligence que, depois de completado, têm suas sedes visitadas por representantes das áreas de Compliance, Risco e Segurança da Informação, além dos Coordenadores do Comitê de Corretoras (Equipe Asset). Após a Corretora ser aprovada nesses quesitos, é levada para apreciação no Comitê de Corretoras.

No Comitê de Corretoras, é apresentado um ranking resultante da avaliação realizada pelas áreas acima citadas. Finalmente, para a seleção das corretoras, as equipes de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office dão o seu voto. Os votos de cada área têm um peso diferente, de acordo com o mercado em que a corretora opera. Os dados são compilados pelo Coordenador do Comitê e apresentados para revisão, todo semestre.

Caso ocorra algum fato relevante em alguma contraparte selecionada/aprovada entre as reuniões semestrais, o status da corretora é reavaliado imediatamente. Caso alguma corretora seja suspensa por quaisquer motivos (operacional, regulatório, imagem, etc.), outra corretora avaliada, mas não selecionada no último Comitê, pode ser usada como substituta.

A cada período de 6 meses é realizada nova votação para todas as corretoras, ou seja, as atuais selecionadas/aprovadas e eventuais recomendações pelas áreas envolvidas no processo.

Comitê de Corretoras

Trata-se de fórum semestral para discutir e aprovar as Corretoras que serão utilizadas para o próximo período/semestre de operações. Neste Comitê, é elaborado um ranking das contrapartes com avaliação realizada pelas áreas de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office.

Participam deste Comitê os Diretores e Superintendentes da Itaú Asset Management, Risco e Compliance.

Nos casos em que os fundos são distribuídos por terceiros, o distribuidor é aprovado em comitê após avaliação das equipes de Risco e de Controles Internos, que realizam visitas periódicas de due diligence para avaliação de requisitos no processo de KYP (Know Your Partner), incluindo as obrigações previstas na legislação para distribuidores. Após a aprovação do distribuidor em Comitê, é celebrado um Contrato de Distribuição, que estabelece cláusulas sobre prevenção à lavagem de dinheiro, exigindo que o distribuidor tome as medidas necessárias para evitar que seus clientes cometam crimes ou práticas ilícitas de lavagem de dinheiro.

7.3 Descreva o processo de investimento.

Filosofia e Processo de Investimento

- Acreditamos que o foco total da equipe de gestão no processo de investimento aumenta a geração de valor para o cotista.
- É necessário um processo de investimento robusto para entregar resultados consistentes de médio e longo prazo.
- Estimulamos o ambiente participativo e a interação entre gestores, analistas e economistas.
- A alocação de ativos estratégica é a parte essencial da explicação do retorno de longo prazo.
- O nível de eficiência e estrutura do mercado deve ser levado em consideração no processo de investimento. Essa análise compreende processos quantitativos e qualitativos.

O modelo de gestão de fundos indexados pode ser resumido basicamente em 5 etapas:



A. Seleção de Índices:

A Superintendência de Fundos Indexados se encarrega, em conjunto com o portfolio specialist dedicado, de avaliar a viabilidade técnica de replicação da performance de certo índice, com o objetivo de entregar um nível de aderência e tracking error compatíveis com as expectativas para o fundo. Dependendo das necessidades dos clientes, pode não haver índices de mercado aderentes ao perfil buscado, em que o portfolio specialist e a equipe de gestão indexada propõem uma metodologia específica de seleção de ativos para construir uma carteira benchmark que represente mais fielmente o perfil de rendimentos e riscos dos mercados através dos quais o fundo pode atuar. Tais índices são processados pela Superintendência de Suporte Gerencial (SSG), que se encarrega de publicar diariamente a composição de cada carteira e seus rendimentos, que são usados como referência para a gestão, mediação de riscos e comunicação aos clientes quando for necessário.

B. Mapeamento de Processos:

A gestão de fundos passivos deve começar com a identificação detalhada do alcance e projeto de fluxos de gestão operacionais, a partir do entendimento do fundo e de suas particularidades. A entrega de uma gestão consistente nestes produtos se torna muito mais eficiente com a utilização de processos de gestão consistentes. Esta etapa conta com a participação da equipe de gestores, das áreas de apoio (back e middle-offices, riscos e qualidade) e da equipe de Produtos.

C. Modelos de Gestão:

Utiliza-se o modelo de "full replication" para os mercados mais líquidos e com custos de trading e gestão competitivos. Nos casos em que há instrumentos como derivativos e/ou em índices, através dos quais a replicabilidade se torna muito onerosa ou com alguma composição menos líquida, é fundamental estabelecer um acordo operacional com a Superintendência de Pesquisa Quantitativa, que auxilia no desenvolvimento de modelos matemáticos para replicação dos benchmarks.

D. Automação de Processos:

Para que a operação se faça em escala de forma eficiente, nas estratégias em que se desenvolvem os modelos de gestão, estas ferramentas estão interconectadas ao sistema de gestão e trading utilizado pela Itaú Asset Management, a plataforma Charles River Development. Grandes players mundiais também usam esta ferramenta, dado que ela unifica os processos de gestão, compliance e trading, minimizando riscos operacionais e legais, contribuindo para a manutenção da aderência dos fundos. Para automatizar os processos, que incluem modelos matemáticos para replicação, a equipe de Indexados utiliza o suporte da Superintendência de Pesquisa Quantitativa para suplementar as análises.

E. Monitoramento de performance e riscos:

O monitoramento de risco dos fundos indexados, assim como dos demais produtos da Itaú Asset Management, é realizado em diferentes dimensões, todas independentes da gestão. A Diretoria de Gestão Risco e Planejamento ("DGRP") zela pela aderência dos produtos aos seus mandatos específicos, através do controle ex-ante de todas as operações via Charles River e do controle ex-post através de um sistema proprietário, que registra eventuais desenquadramentos. Os riscos de mercado dos produtos são monitorados pela Superintendência de Controle de Riscos de Mercado, da performance esperada dos produtos através de modelos de tracking error e de benchmark VaR (BVaR), ambos ex-ante, e do acompanhamento do tracking error histórico para fins de adequação aos limites contratados. A avaliação da qualidade do resultado dos produtos, em termos de aderência e rentabilidade, fica a cargo da Superintendência de Suporte Gerencial, que conduz avaliações econométricas dos resultados obtidos e avalia os produtos em relação a sua concorrência direta.

Processo decisório

Por tratar-se de uma estratégia passiva, não há calls ativos que resultem em posições underweight ou overweight em nenhum papel. O processo é totalmente embasado nos pesos teóricos que compõem os respectivos índices B3 dos fundos.

Diariamente é feito um cálculo de diferenças entre os pesos teóricos e os pesos nas carteiras dos fundos. Caso seja necessário realizar algum ajuste de posição, seja de compra ou de venda, a operação é realizada pelo gestor de acordo com os processos de trading da Itaú Asset Management.

Para os rebalanceamentos periódicos ou mudanças de metodologias publicadas pela B3, a Itaú Asset Management recebe antecipadamente um informativo descrevendo todas as alterações esperadas, assim como uma prévia das novas carteiras teóricas. Frequentemente, a Itaú Asset Management publica um relatório para clientes, a fim de antecipar as mudanças nos índices.

7.4 Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

A área de Controle Fiduciário monitora e reporta diariamente aos gestores a informação de prazo médio de todos os fundos que são tributados como longo prazo. De posse desta informação, os gestores fazem os ajustes necessários nas carteiras e ainda monitoram as operações que serão efetuadas ao longo do dia para que não haja desenquadramentos dos fundos.

aa

7.5 Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

7.6 Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.

O investimento em ativos no exterior é feito pela equipe de gestão, através de aderência aos processos de seleção de ativos por meio de avaliações quantitativas e qualitativas de empresas potenciais para investimento. As restrições impostas pelas legislações, inclusive para investimento no exterior, estão parametrizadas em nosso sistema de enquadramento (Charles River). Todas as ordens têm o enquadramento simulado através do módulo de pre-trade, que avalia se os ativos que a gestão deseja comprar estão respeitando todas as restrições impostas pela legislação/regulamento do fundo investidor.

8. Distribuição

A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de:

- 8.1**
- I. verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability);
 - II. conheça seu cliente (KYC);
 - III. PLDFT; e
 - IV. cadastro de cliente.

Como instituição financeira, os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos diversos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. O processo de identificação de cliente é realizado por meio de proposta de abertura de conta e ficha cadastral, que atendem as legislações específicas do Banco Central, além de um processo mais aprofundado de KYC (*Know Your Customer*), conforme o segmento do cliente.

A movimentação dos cotistas de fundos é monitorada com base em critérios definidos pela equipe de PLD (prevenção à lavagem de dinheiro) do Itaú Unibanco.

- 8.2** A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).

Os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. Contudo, alguns fundos poderão ser distribuídos por terceiros, mediante celebração de um Contrato de Distribuição.

- 8.3** Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado?

A área de Distribuição é responsável pela manutenção e prospecção de clientes Institucionais, Corporate, Distribuidores, e Pessoa Física. O desenvolvimento do negócio engloba a Distribuição de fundos de investimentos da Itaú Asset Management, bem como detalhamento das estratégias de cada produto. Em alguns segmentos, a área de Distribuição funciona como especialista de produtos fornecendo informações para outras áreas que atuam diretamente com clientes, como por exemplo o Varejo, Private, Middle e Institucional.

Os gerentes e assistentes têm disponível na sua estação de trabalho um sistema proprietário onde são cadastradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). O gerente tem à disposição as rotas para verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas (aplicação/ resgate de fundos) além das informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros. Adicionalmente, os colaboradores contam com sistemas de informação que trazem notícias no Brasil e no mundo sobre economia, relatórios, finanças pessoais e cotações.

8.4 Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.

O Itaú Unibanco conta com área específica dedicada à distribuição de fundos próprios, voltada à prospecção e captação de clientes institucionais, corporate e relacionamento com distribuidores não vinculados ao Conglomerado Itaú Unibanco, além de contar com a força de venda do Conglomerado Itaú Unibanco.

A área de distribuição conta um sistema proprietário onde são registradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). A ferramenta também permite a verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas, aplicação/resgate de fundos, informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros.

9. Risco

9.1 Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.

Superintendente: saída do Sr. Edson Kojo e entrada do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos em 2018

Diretor de Gestão de Risco (DGR): aposentadoria do Sr. Cosmo Falco; entrada do Sr. Gabriel Moura que foi ser CFO do Itaú Chile.

No final do ano de 2016 a SGRA passou a fazer parte da Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), sob-responsabilidade do Sr. Matias Granata, que foi ser Diretor de Risco de Crédito e a Sra. Tatiana Grecco assumiu a DCRML.

9.2 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?

Os relatórios de risco são gerados diariamente, com a última posição disponível do Fundo ou Carteira, e disponibilizados aos gestores. Os relatórios possuem as principais medidas de risco pertinentes à categoria do Fundo ou Carteira: VaR, Stress, B-VaR, Tracking Error, Exposição e Year Equivalent. Diariamente também é elaborado o relatório de controle de limites, que mostra a utilização do limite de riscos de mercado dos Fundos e Carteiras Administradas.

9.3 Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.

As decisões sobre quais ativos serão analisados são realizadas em um Comitê de Investimento, do qual participam analistas e gestores. A decisão é colegiada. Definido que a operação é interessante, o analista responsável fará a análise retrospectiva e prospectiva do crédito.

As decisões sobre o risco de crédito são tomadas em um Comitê de Crédito. Existe uma Política de Alçadas bem definida e ratificada pela área de risco da Itaú Unibanco Holding.

9.4 Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?

As avaliações das garantias seguem vários critérios: Liquidez, Força Jurídica, Cobertura da Dívida, Volatilidade, correlação com a atividade da empresa, etc. As garantias são analisadas pela área de crédito que avalia todos esses critérios, área jurídica que atende a Itaú Asset, escritório jurídico independente e empresas especializadas em avaliação de imóveis.

Conforme o nível de risco da operação, as garantias devem ter laudo de avaliação de valor quando aplicável por empresa especializada, laudo jurídico onde deve constar os riscos de execução da garantia, jurisprudência, etc. Fora isso é obrigatório a existência de um agente de garantia que irá monitorar as garantias quanto a sua existência, disponibilidade e valor de forma a evitar fraudes e erros operacionais (falta de registro, dupla cessão, etc).

Todas as garantias são reavaliadas de acordo com o rating interno da operação. A reavaliação, portanto, será feita numa frequência de 3 meses no mínimo a 12 meses no máximo e/ou sob demanda.

9.5 As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).

Sim. Todas as análises de crédito realizadas pela Itaú Asset Management contemplam a avaliação ASG. O White Paper sobre avaliação ASG em crédito privado demonstra o modelo ASG da IAM e sua aplicação na avaliação de crédito.

9.6 A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.

As revisões periódicas do portfólio ajudam a identificar eventuais deteriorações de crédito, que por sua vez serão refletidas no rating. Em um evento de inadimplência, poderá ser constituída uma provisão (percentual do valor atual do título) estimada de acordo com a perda esperada vinculada aos ativos do emissor e/ou com a taxa de recuperação dado as garantias (se houver).

Os ratings definidos internamente pela área de crédito da Itaú Asset Management são revisados a cada 3, 6 ou 12 meses de acordo com o nível de rating de cada emissor. Eventos extraordinários de deterioração (ou melhora) do crédito resultarão em revisão fora do período estabelecido.

9.7 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, o Itaú possui área de tecnologia da informação própria que engloba as atividades de informática do Itaú Unibanco, sendo André Sapoznick o Diretor responsável pelas áreas de Tecnologia e Operação (ATO). Os principais objetivos da área são: alinhamento ágil e completo aos negócios, processamento com qualidade e alta disponibilidade, busca constante de soluções inovadoras e controle rigoroso de custos. A Diretoria de relacionamento de TI, liderada por Ana Lucia Gomes de Sá Drummond e a Diretoria de Engenharia, liderada por Rodrigo Dantas, fazem parte da estrutura de Tecnologia e atendem aos negócios da WMS e da Itaú Asset Management, dentre outros negócios do Banco de Atacado e Varejo.

9.8 Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

9.9 Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?

Sim, há um programa dedicado e monitorado, com avaliações aleatórias e periódicas. As gravações são mantidas por até 5 anos, dependendo da criticidade da área. Em relação à escuta de gravações, segue política abaixo:

- O funcionário que tiver necessidade de escutar uma gravação telefônica necessita da autorização do Diretor e ciência do Oficial de Controles Internos e Riscos de sua área de negócio;
- As solicitações de escuta efetuadas por outras Áreas Executivas da Instituição serão atendidas pelo administrador mediante aprovação do Diretor da área de negócios da WMS envolvida e do Superintendente da WMS;
- As solicitações de transcrição ou escuta de gravações telefônicas por órgãos reguladores serão submetidas à avaliação da Diretoria da WMS.

Vale ressaltar que as informações contidas nas gravações somente podem ser usadas para fins profissionais e deve-se manter sigilo e confidencialidade em relação ao seu conteúdo. Além disso, cada funcionário só pode ouvir as conversas (com as devidas autorizações mencionadas acima) dos seus respectivos ramos. A área de SUP PLANEJ PRODUC EM TI é responsável pelo sistema de Gravação Telefônica e as premissas estabelecidas são baseadas no Código de Conduta WMS.

9.10 Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

O backup dos dados, independentemente da plataforma (*mainframe* ou servidores corporativos, excluindo *desktops*, que por política não possuem informações corporativas), é efetuado na infraestrutura corporativa, composta por dispositivos de armazenamento e bibliotecas automatizadas de alta disponibilidade.

O gerenciamento também é centralizado, com papéis e responsabilidades definidos para todas as etapas, desde a solicitação de *backup*, e incluindo implementação e monitoramento da infraestrutura necessária e do próprio processamento do *backup*, entre outras atividades relacionadas ao processo.

Políticas definem atributos relacionados aos backups, como tipo (integral ou incremental), periodicidade/frequência (diário, semanal, mensal, anual), período de retenção (mensal, anual) e local de armazenamento das mídias. Estes atributos variam em função de exigências legais ou regulatórias, requerimentos do negócio/aplicação e requerimentos do fluxo de produção, entre outros fatores. Para propósito de *Disaster Recovery* é efetuada replicação on-line de dados.

9.11 Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

O acesso ao *Data Center* é controlado, permitido apenas a funcionários autorizados e visitantes autorizados acompanhados por funcionário. O controle do acesso físico é feito por portas automáticas do tipo eclusa, com bloqueio controlado por cartão/leitor magnético ou manualmente pelo elemento controlador de acesso de cada área. Adicionalmente, há um segundo nível de acesso para áreas específicas dentro do *Data Center*. Há monitoramento por 24 horas, a partir de imagens geradas por câmeras de vigilância.

9.12 Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

O Centro Tecnológico localizado na cidade de Mogi Mirim que foi inaugurado em 13/03/2015, possui uma área construída de 59.815 m² de 10.600 m² de área de TI, dividido em dois data centers (DC1 e DC2).

O fornecimento de energia elétrica é feito através de uma subestação, capacitada atualmente para 30 MW com duas linhas de transmissão de 138 kV. O empreendimento conta com 12 geradores a diesel de 4MW que em caso de emergência estão capacitados para assumirem a carga de TI em aproximadamente 1 minuto. Em caso de falta de energia cada prédio possui 7 sistemas de No Breaks com autonomia de 15 minutos.

Para controle de temperatura dos ambientes de TI, contamos com 12 Lineups (conjunto de bombas, chiller, filtros e torre de resfriamento) com capacidade de 850TR. Cada prédio possui 1 tanque de água gelada que armazena 462 m³ que permite que o prédio opere por 15 minutos com o sistema de refrigeração em crise.

No empreendimento, contamos com 5 sistemas de automação que monitoram e/ou controlam cerca de 120 mil variáveis. Dentre eles podemos destacar Smart Cooling, que mantém a temperatura nas salas de TI, através de um sistema de monitoração Wireless, onde cada máquina de ar condicionado tem seu mapa de influência permitindo uma operação segura e eficiente.

Adotando as mais novas tecnologias e as melhores práticas com foco em disponibilidade, qualidade e sustentabilidade, o site obteve 4 certificações que comprovam esse compromisso:

- TIER III Gold - Projeto: certificação de um projeto concebido para ser altamente disponível;
- TIER III Gold - Construção: garantia de que a construção seguiu as diretrizes projetadas e certificadas
- LEED Gold para os prédios DC1 e DC2 e LEED Silver para o prédio NOC: certificação TI Verde, o principal selo de construção sustentável usado no Brasil; e
- TIA 942: pela abordagem dupla para acesso e rotas dos links de comunicação/telecomunicação.

Outra certificação firma o compromisso e o trabalho das equipes na busca por excelência operacional. A TIER III Gold – Operação Facilities assegura elevado nível de maturidade, Governança, Procedimento, Processo, Treinamentos e, por consequência, disponibilidade de Facilities.

O Centro Tecnológico localizado em São Paulo possui sistemas de no break (capacidade de 15 minutos) e, adicionalmente aos nobreaks, um conjunto de geradores (com redundância), que assumem o fornecimento de energia em menos de 1 minuto e são capazes de prover energia para todo o CPD, por tempo indeterminado, em caso de falta de energia da concessionária pública.

Processadores:

- Mainframe Banco + Cartões: 16 equipamentos físicos (IBM – zSeries), com capacidade total de 302.830 MIPS (milhões de instruções por segundo), sendo 291.068 MIPS no CTMM e 11.762 MIPS no CTSP (DR) – sem considerar capacidade on-demand disponível;
- Ambiente Distribuído: 3752 servidores que atendem o ambiente Atacado (IBM, SUN, HP, DELL).

Armazenamento:

- DASD: 3.562 Terabytes (CTMM) + 1.748 Terabytes (CTMM), totalizando 5.310 Terabytes em subsistemas high-end IBM.

- SAN: 5.784 portas (CT) + 9.384 portas (CTMM), totalizando 15.168 portas; com 30 switches (CT) + 44 switches (CTMM), totalizando 74 switches SAN Mainframe.
- Tape78 tape drives, 9.144 cartuchos e 29,75 PB de volume armazenado no ambiente de atacado referente ao ambiente distribuída.
- Tape: 64 Virtualizados com total de 12,5 TB cache e 12 Tape Libraries com total de 50,4 PB de dados retidos referente a alta plataforma.

Rede:

- Alta capacidade e redundância, com destaque para Internet (06 Links de 01 Gbps (conexão com operadoras) + 02 Links de 10Gbps (conexão com PTT) e replicação de dados para efeito de Disaster Recovery (com mais de 70 Gbps). Suporte a múltiplos protocolos (Fiber Optics (dark fiber & DWDM), STM-1 Digital Radios, MPLS).

Software Mainframe:

- Software Básico: IBM – z/OS
- Segurança: IBM – Racf,/ Tivoli
- Mensagens: IBM – Mqseries
- Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao atacado);
- Monitores: IBM – IMS/CICS

Software Ambiente Distribuído:

- Software Básico: IBM AIX, Solaris e Red Hat Linux e Windows Server
- Segurança: IBM – Tivoli Identity Manager (TIM)
- Segurança: IBM – Tivoli Access Manager (TAM)
- Mensagens: IBM – Mqseries
- Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao ambiente atacado).

Correio:

- MS Exchange

9.13 A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim, entre os mecanismos utilizados para proteção contra ataques lógicos podem ser destacados: *firewalls* em todos os pontos pertinentes, sistema de detecção de intrusão (*IDS - Intrusion Detection System*), execução periódica de testes de penetração, atualização contínua de servidores (*patches*), atualização contínua e automática de antivírus, *anti-spyware* e *anti-spam* (filtro de e-mail). São também efetuados testes de segurança visando à proteção dos sistemas contra ameaças internas e externas. O Banco possui um CIRT (*Cyber Incident Response Team*), responsável pela prevenção e contenção de incidentes de segurança.

9.14 São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas?
Com que frequência?

Vide questão anterior. Testes são realizados periodicamente. Além disso, a existência de políticas corporativas de Segurança de Informação (SI-39) e de Continuidade de negócios (CN-5), descrevem as diretrizes para tratamento das informações, bem como realização de testes para garantir a integridade das mesmas.

10. Compliance e controles internos

10.1 A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.

Sim. O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

- ☐ Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
- ☐ Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
- ☐ Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- ☐ Identificação, captura e registro de eventos de riscos;

- ☐ Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- ☐ Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- ☐ Validação dos controles para certificação de Basileia;

Compliance

- ☐ Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- ☐ Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- ☐ Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

Governança

- ☐ Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- ☐ Governança de aprovação de produtos e processos;
- ☐ Cultura;
- ☐ Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- ☐ Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

10.2 Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão.

As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de “túnel de preço”, que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste “túnel”, o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.

10.3 Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.

A adesão ao Código de Ética do Itaú Unibanco é feita por meio de um processo eletrônico anual a um termo de ciência às políticas de integridade corporativa (do qual o Código de Ética faz parte).

10.4 Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.

A política setorial de investimentos pessoais tem por objetivo proteger o Conglomerado Itaú Unibanco de riscos legais e de imagem decorrentes da utilização de informações privilegiadas nos investimentos pessoais de diretores e colaboradores da Wealth Management & Services (WMS).

Tem por finalidade, ainda, disciplinar as operações de investimento pessoal estabelecendo requisitos, determinando restrições e fixando parâmetros para a efetivação dos negócios.

Como diretrizes gerais, a fim de observar as melhores práticas de mercado e atender as normas vigentes, é imprescindível que:

- a. Além das definições previstas na política, sejam observadas as diretrizes estabelecidas no Código de Ética Itaú Unibanco e na Política Corporativa de Integridade e Ética.
- b. As operações com Valores Mobiliários das Empresas Abertas Relacionadas ao Itaú Unibanco Holding S.A. ou neles referenciados observem as regras previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.
- c. Qualquer informação detida pelos Aderentes da política, em decorrência de sua atuação profissional no Conglomerado Itaú Unibanco, seja mantida em sigilo, e não seja usada como base para a tomada de decisão em seus investimentos que podem caracterizar por exemplo Front Running ou Insider Trading.
- d. Os investimentos sejam orientados para serem de longo prazo e não para a especulação no curto prazo.
- e. Os investimentos não sejam realizados por meio de Veículos de Investimento, com o intuito de burlar regras de investimentos previstas nesta política.
- f. Os investimentos não sejam realizados em nome ou por meio de terceiros (interpostos pessoais), bem como para benefício de seus colaboradores ou de seus clientes, ou ainda em conjunto com eles.
- g. Os investimentos não representem potencial conflito de interesse entre as operações em nome próprio e o exercício de suas funções.
- h. Não se utilize processo ou artifício destinado à criação de Condições Artificiais de Demanda, Oferta ou Preço de Valores Mobiliários, à Manipulação de Preço, à realização de operações fraudulentas ou ao uso de Práticas Não Equitativas.
- i. A solvência e a credibilidade dos Aderentes desta Política não sejam colocadas em risco.

Existe monitoramento periódico e o reporte é feito ao Comitê Integridade e Ética.

Para mais informação, acesse nossa política disponível no link:

<http://www.itaú.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/>

10.5 Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?

Não. Executivos e sócios possuem acesso aos mesmos instrumentos de investimento que clientes do banco.

10.6 Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

A WMS proíbe a utilização de sistemas de telefonia móvel – transmissão de voz ou dados (ex.: smartphones e tablets) dentro das dependências estabelecidas no Código de Conduta WMS para todos os seus colaboradores; há monitoramento dos e-mails enviados para fora do banco, assim como as mensagens trocadas pelos canais da Bloomberg e Reuters.

10.7 Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.

Os controles e processos estabelecidos pelo Itaú Unibanco para prevenir e combater atos ilícitos atendem as exigências estabelecidas na Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (12.683/12), os normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores e melhores práticas internacionais para controle de operações em bolsa e aquelas cursadas em mercado de balcão organizado.

10.8 Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades.

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

- Segregação comercial por segmento de mercado,

- Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,
- Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e
- Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradoras de riscos;
- Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

10.9 Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.

As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de “túnel de preço”, que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste “túnel”, o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.

10.10 Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)

O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira, com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos books. Os fundos abertos não fazem uso de agente externo.

10.11 Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.

O assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

10.12 A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?

Não.

11. Jurídico

11.1 Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).

As questões jurídicas são tratadas por estrutura interna especializada em questões relativas ao mercado de capitais.

12. Anexos ou endereço eletrônico

		Anexo ou link
12.1	Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão	Sim. Por favor solicitar ao seu gerente de relacionamento.
12.2	Código de ética e conduta	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco (https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores)
12.3	Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	Por favor, referir-se ao site de Relação com Clientes Institucionais (http://www.itauintitucional.com.br/)
12.4	Relatório de Rating	Sim. Por favor solicitar ao seu gerente de relacionamento.
12.5	Manual/Política de Liquidez	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.6	Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos)	Política interna.
12.7	Formulário de referência	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima. Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.8	Manual/Política de controles internos e compliance	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.9	Manual/Política de gestão de risco	Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.10	Manual/Política de investimentos pessoais	Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.11	Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários	Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.12	Manual/Política de segurança de informação	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.13	Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.14	Manual/Política de KYC	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima no código de ética.

12.15	Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários	Política interna.
12.16	Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.17	Manual/Política de seleção e contratação de terceiros	Política interna.
12.18	Lista das corretoras aprovadas (se houver)	Informação confidencial.

[LOCAL, DATA]

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]	[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO]
[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]	[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO]
[CARGO]	[CARGO]
[TELEFONE]	[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]	[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1 Nome do fundo

1.2 CNPJ

1.3 Data de início

1.4 Classificação ANBIMA

1.5 Código ANBIMA

1.6 O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

1.7 Classificação tributária (CP/LP/Ações)

1.8 Descreva o público-alvo.

1.9 O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?

1.10 Conta corrente (banco, agência, nº)

1.11 Conta CETIP (nº)

1.12 Administração (indique contato para informações).

1.13 Custódia (indique contato para informações).

1.14 Auditoria externa

Caso se aplique, informar:

- 1.15**
- Escriturador
 - Custodiante
 - Consultor Especializado
 - Assessor Jurídico
 - Co-gestor
 - Distribuidor
 - Outros

1.16 Cotização: abertura ou fechamento?

Regras para aplicação e resgate:

- 1.17**
- Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)
 - Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.
 - Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)
 - Aplicação inicial mínima
 - Aplicação máxima por cotista
 - Aplicação adicional mínima
 - Resgate mínimo

1.18 Taxa de Entrada (upfront fee)

1.19 Taxa de Saída (redemption fee)

1.20 Taxa de administração

1.21 Taxa de administração máxima

1.22 Taxa de custódia máxima

1.23 Taxa de Performance

% (Percentual)
Benchmark
Frequência
Linha-d'água (sim ou não)
Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)

1.24 Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.

1.25 Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).

2. Perfil

2.1 Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

2.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.

2.3 Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.

2.4 Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

5. Uso de derivativos

5.1 Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:

Proteção de carteira ou de posição	SIM ()	NÃO ()
Mudança de remuneração/indexador	SIM ()	NÃO ()
Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM ()	NÃO ()
Alavancagem	SIM ()	NÃO ()

5.2 Mercados em que são utilizados derivativos:

Juros	SIM ()	NÃO ()
Câmbio	SIM ()	NÃO ()
Ações	SIM ()	NÃO ()
Commodities	SIM ()	NÃO ()
Em Bolsas:		
Com garantia	SIM ()	NÃO ()
Sem garantia	SIM ()	NÃO ()
Em Balcão		
Com garantia	SIM ()	NÃO ()
Sem garantia	SIM ()	NÃO ()

5.3 Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1 De fundos de terceiros?

SIM ()	NÃO ()
---------	---------

6.2 De fundos da gestora?

SIM () NÃO ()

7. Informações adicionais

7.1 PL atual.

7.2 PL médio em 12 (doze) meses.

7.3 PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.

7.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?

7.5 Número de cotistas.

7.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

7.7 Descreva as regras de concentração de passivo.

7.8 Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.

7.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?

7.10 A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?

8. Gestão de risco

8.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.

8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.
8.11	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos: 3 meses? 6 meses? 12 meses? 24 meses?
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?
8.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B ³ ou o próprio)?

8.14 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?

Qual o stress médio do fundo nos últimos
3 (três) meses?
8.15 6 (seis) meses?
12 (doze) meses?
24 (vinte e quatro) meses?

8.16 Comente o último stop loss relevante do fundo.

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas		
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas		
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norte-americano		
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS		
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa		
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil		
* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).			

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1					
2					
3					

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?

- 13.3** Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?

14. Investimento no exterior

- 14.1** Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.

- 14.2** Quais os riscos envolvidos?

- 14.3** Quais são os mercados em que o fundo opera?

- 14.4** Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?

- 14.5** Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros).

Administrador Fiduciário

Custodiante

Auditor

RTA

Prime Brokers

NAV Calculator

Domicílio do fundo

Taxa de administração

Código ISIN do fundo

Moeda do domicílio fundo no exterior

Outros prestadores de serviço, dos

investimentos no exterior, caso exista.

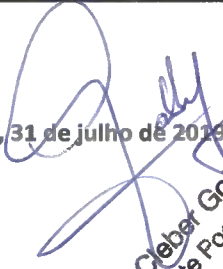
- 14.6** Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.

- 14.7** Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	
15.2	Formulário de informações complementares	
15.3	Última lâmina de informações essenciais	
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	

São Paulo, 31 de julho de 2019.


Cleber Gobbo
Gerente Poder Público

POLIANA CARVALHO DE SA LEONARDO 055.679.759-05

Paullofs

ISABELLA LUIZA GOMES QUIRINO MENEZES LEAL TREIRE LEAL MEIM
049.283.154-73

Isquimo

ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SA TORRES 072 436.664-42

[Signature]

LEONICIO CARLOS ALVES DOS SANTOS 134.019.604-82

[Signature]

Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

Itaú Asset Management

Contratante:

Questionário preenchido por:

Time de vendas especializadas

Data:

31/10/2019

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A").

Versão: [-]


ANBIMA

Apresentação

Este questionário é baseado no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código”). Ele tem o objetivo de auxiliar o administrador fiduciário no processo de contratação de gestores de recursos de terceiros para os fundos de investimento.

O questionário busca abordar, minimamente, a adoção de práticas consistentes, objetivas e passíveis de verificação que sejam suficientes não só para entender e mensurar os riscos associados à prestação de serviço como também para garantir um padrão aceitável da instituição a ser contratada.

O anexo ao questionário trata de informações específicas dos fundos de investimento.

O administrador fiduciário poderá adicionar outras questões julgadas relevantes na forma de anexo a esse questionário.

Este questionário deve ser respondido por profissional com poderes de representação, e qualquer alteração em relação às respostas enviadas e aos documentos encaminhados após o preenchimento deste questionário deve ser enviada à instituição que contratou a prestação de serviço em até cinco dias úteis da referida alteração.

Este questionário entrará em vigor em 11 de janeiro de 2019.

Sumário

Apresentação	1
1. Alterações desde a última atualização	4
2. Perfil	6
3. Equipe de gestão do fundo.....	7
4. Estratégias e carteiras.....	8
5. Uso de derivativos	9
6. Compra de cotas de fundos de investimento	9
7. Informações adicionais	9
8. Gestão de risco	10
9. Comportamento do fundo em crises	12
10. Três períodos de maior perda do fundo	13
11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos	13
12. Relacionamento com distribuidores/alocadores	13
13. Atendimento aos cotistas.....	14
14. Investimento no exterior.....	14
15. Anexos (quando aplicável)	15

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1 Nome do fundo

ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

1.2 CNPJ

16.718.302/0001-30

1.3 Data de início

31/10/2012

1.4 Classificação ANBIMA

Ações Livre

1.5 Código ANBIMA

318231

1.6 O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

1.7 Classificação tributária (CP/LP/Ações)

Renda Variável

1.8 Descreva o público-alvo.

O fundo, a critério do administrador, receberá recursos de fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, clientes do administrador, do gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.

1.9 O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?

Sim, o regulamento prevê adequação à CVM 555.

1.10 Conta corrente (banco, agência, nº)

Conta Isenta: 8541 08890-5

Conta Tributada: 8541 08889-7

1.11 Conta CETIP (nº)

17116.44-4

1.12 Administração (indique contato para informações).

A Administração é realizada pelo Itaú Unibanco S. A. (CNPJ: 60.701.190/0001-04)

1.13 Custódia (indique contato para informações).

A Custódia é realizada pelo Itaú Unibanco S. A. (CNPJ: 60.701.190/0001-04)

1.14 Auditoria externa

Ernst & Young Auditores

1.15 Caso se aplique, informar:

Escriturador	Não se aplica.
Custodiante	Não se aplica.
Consultor Especializado	Não se aplica.
Assessor Jurídico	Não se aplica.
Co-gestor	Não se aplica.
Distribuidor	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

1.16 Cotização: abertura ou fechamento?

Fechamento.

1.17 Regras para aplicação e resgate:

Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	Aplicação: D+0 Liquidez: diária Horário para movimentações: 16:00
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	N/A
Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Conversão do resgate: D+21 dias úteis (da solicitação) Pagamento do resgate: D+2 dia útil (da conversão).
Aplicação inicial mínima	R\$ 5.000,00
Aplicação máxima por cotista	N/A
Aplicação adicional mínima	R\$ 1,00
Resgate mínimo	R\$ 1,00

1.18 Taxa de Entrada (upfront fee)

Não.

1.19 Taxa de Saída (redemption fee)

Não.

1.20 Taxa de administração

A taxa de administração fixa e anual é de 2,5% (dois virgula cinco por cento) provisionada por dia útil, mediante divisão da taxa anual por 252 dias, apropriada e paga mensalmente.

1.21 Taxa de administração máxima

2,5% a.a.

1.22 Taxa de custódia máxima

N/A

1.23	Taxa de Performance	
	% (Percentual)	20% a.a.
	Benchmark	IBOVESPA FECHAMENTO
	Frequência	Calculada a partir da valorização dos ativos do fundo, provisionada por dia útil como despesa do fundo e apropriada no mês subsequente ao encerramento dos meses de jun/dez de cada ano ou proporcionalmente, desde que o período não seja inferior a 6 (seis) meses, na hipótese de resgate.
	Linha-d'água (sim ou não)	Sim.
	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Ativo - Variação do Patrimônio Líquido – Calculada a partir da valorização dos ativos do fundo.

1.24 Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.

O custo total estimado aproximado é 0,0065% do PL ao ano.
(Data base: setembro de 2019).

1.25 Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).

Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.

2. Perfil

2.1 Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como "Ações", os quais investem em ativos financeiros que tenham como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado, observado que a rentabilidade do fundo será impactada em virtude dos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração.

2.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.

Não houve alterações desde a abertura do fundo.

2.3 Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.

A abordagem fundamentalista predomina na construção do portfólio e possui horizonte de análise de dois a três anos. Após um filtro de liquidez sobre a totalidade das ações de companhias brasileiras listadas em bolsa, um filtro qualitativo será aplicado num universo de cerca de 150 ações (notas individuais atribuídas aos seguintes critérios: análise do setor que a companhia se insere, posicionamento, administração, governança corporativa, índices financeiros, análise do balanço e valuation). Cerca de 100 teses de investimento poderão surgir das maiores somatórias de notas, recebendo então uma análise mais detalhada do balanço e valuation, além de uma cobertura mais próxima com visitas às empresas e acompanhamento dos calls de resultados. O dimensionamento do portfólio em cerca de 20 ações vai resultar de alguns filtros finais, considerando as melhores avaliações (recebem maior peso) e liquidez. Até 10% do portfólio poderá buscar oportunidades com maturação esperada de curto prazo, em geral com cerca de cinco ações, a partir de critérios de escolha por análise top-down e event-driven (exemplo: eventos societários, nova regulamentação, etc.). O tamanho das posições vai depender da convicção da gestão num upside de curto prazo. A depender das oportunidades de mercado, essa parte do portfólio poderá estar zerada. 20% do portfólio é composto por ações correlacionadas ao Ibovespa (componente beta). Por fim, a posição em caixa é gerida com flexibilidade a partir da maturação dos investimentos, busca de novas oportunidades, aversão ou apetite numa análise macro. A equipe de gestão se reúne formalmente uma vez por semana para debater os investimentos da carteira, sugerindo alterações e discutindo novos casos. Não buscamos risco de mercado nas operações de renda fixa que integram o caixa.

2.4 Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.

A Itaú Asset Management foi premiada pela décima vez e a sexta consecutiva, como Melhor Gestora de Fundos do Ano pelo Guia EXAME de Investimentos 2018. E também foi escolhida, pela mesma publicação, Melhor Gestora de Fundos em Multimercado, além de Melhor Gestora de Fundos de Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado. A Itaú Asset Management não possui ratings por fundo.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

A equipe de gestão é formada por 10 profissionais com média de 11 anos de experiência no mercado e em média 8 anos de experiência na Itaú Asset Management.

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

N/A

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

A Superintendência de Gestão de Risco Asset é responsável pelas definições de risco para cada papel e portfólio. No caso dos portfólios, o primeiro passo é definir os limites de risco para cada carteira, que será proposto e sujeito à aprovação no Comitê de Produtos.

A definição de cada limite de risco é baseada em diretrizes de investimento, simulações para cada medida como Value at Risk (VaR), Benchmark Value at Risk (B-VaR), Stress Test e outras restrições específicas de acordo com cada cliente e segmento.

O controle de risco é formalizado em um mandato do fundo para uso interno e há controles em diferentes níveis (incluindo no nível do ativo).

Seguem abaixo as principais medidas de risco que usamos para monitorar e controlar os portfólios dos nossos clientes:

Value at Risk (VaR), Benchmark Value at Risk (B-VaR) e Tracking Error Ex-ante:

- Modelo: Paramétrico (Métricas de Risco) e Não Paramétrico (Simulação de Monte Carlo para opções);
- Volatilidade e Correlação: EWMA - Exponentially Weighted Moving Average (= 0.94);
- Intervalo de confiança: 95% ou 99% e Holding Period: 1, 21 e 252 dias úteis

Stress Test:

- Valuation completa para o pior cenário;
- Cenários: Crises históricas, Cenários Prospectivos.

Risco de Liquidez:

- Curva de liquidez.
- Curva de Passivo, que é definida como o conjunto de piores resgates ocorridos em diferentes períodos que vão de 1 dia até 252 dias úteis;
- Estresse da Curva de Passivo, a partir do fator do grau de concentração dos cotistas. Este fator utiliza o coeficiente HHI (Herfindahl–Hirschman Index);

Outras ferramentas de monitoramento, sob demanda ou para necessidade de análise:

- DV01 para juros: 1 basis point para cada yield;
- GAP Analysis per market: Graph exposure % NAV versus duration

Para mais informações sobre a gestão de riscos, por favor referir a seção 8 do questionário.

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

É vedado ao Fundo, direta ou indiretamente, realizar operações denominadas day trade.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:			
	Proteção de carteira ou de posição		SIM (X)	NÃO ()
	Mudança de remuneração/indexador		SIM (X)	NÃO ()
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)		SIM ()	NÃO (X)
	Alavancagem		SIM ()	NÃO (X)
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:			
	Juros		SIM ()	NÃO (X)
	Câmbio		SIM ()	NÃO (X)
	Ações		SIM (X)	NÃO ()
	Commodities		SIM ()	NÃO (X)
	Em Bolsas:			
	Com garantia		SIM (X)	NÃO ()
	Sem garantia		SIM ()	NÃO (X)
	Em Balcão			
	Com garantia		SIM ()	NÃO ()
Sem garantia		SIM ()	NÃO ()	
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?			
Operações com crédito privado não são permitidas.				

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM ()	NÃO (X)
6.2	De fundos da gestora?	SIM (X)	NÃO ()

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.
------------	-----------

PL atual FI: R\$ 863.038.306,32
PL atual FIC: R\$ 658.258.250,48
(Data base: setembro de 2019)

7.2 PL médio em 12 (doze) meses.

PL médio FI: R\$ 824.698.603,45
PL médio FIC: R\$ 632.143.862,64
(Data base: setembro de 2019)

7.3 PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.

O PL atual total da estratégia Unconstrained sob gestão da empresa é de R\$ 8.833,35 MM.
(Data base: setembro de 2019)

7.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

7.5 Número de cotistas.

O fundo conta com 50.461 cotistas considerando a soma de:
- Quantidade de cotistas diretos do FI, desconsiderando os fundos espelho
- Quantidade de cotistas dos fundos espelho do FI
(Data base: setembro de 2019)

7.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

Informação indisponível.

7.7 Descreva as regras de concentração de passivo.

Não há regras específicas para concentração de passivo.

7.8 Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.

Percentual detido pelos dez maiores cotistas: 16,31%
(Data base: setembro de 2019)

7.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?

Não.

7.10 A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?

N/A

8. Gestão de risco

8.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.

Não é permitido ao fundo alocar em crédito privado.	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo. O fundo segue a política de liquidez do Itaú Asset, de forma que sua liquidez seja compatível com o prazo para pagamento dos pedidos de resgate. São usados os controles de Curva de Liquidez, Curva de Passivo e Curva de Passivo Estressada.
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle. O Fundo não opera derivativos sem garantia.
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento? A precificação de ativos/derivativos segue o Manual de Precificação da WMS. As metodologias de precificação são definidas pela Diretoria Gestão Risco e Planejamento.
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)? TE - Metodologia Paramétrica. Utiliza-se EWMA com lambda de 0,94 para o cálculo das volatilidades e covariâncias.
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais? O fundo possui limite de Tracking Error em relação ao Ibovespa.
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5 A utilização do limite de risco é calculada diariamente com base na posição de fechamento do Fundo. Há três níveis de alerta reportados: alerta 1 utilização entre 70% e 85%, alerta 2 utilização entre 85% e 100% e alerta 3 utilização acima do limite. Os alertas 1 e 2 são reportados pela área de Risco para a ciência da gestão via e-mail. No caso do alerta 3, adicionalmente ao e-mail, o apontamento é cadastrado no sistema de follow up de desenquadramentos. A gestão deve preencher no sistema a justificativa para o estouro do limite e apresentar um plano de ação para a sua adequação ao mandato. As informações são analisadas pela área de Risco, que concordando com os argumentos passará a acompanhar o prazo dado para a regularização do limite. A área de Risco tem a decisão final sobre a zeragem do Fundo caso julgue necessário.
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5? O limite é de 16% de Tracking Error.
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5? O orçamento de Tracking Error é global e não por classe de ativos.
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente. Nos últimos 24 meses, o limite de TE nunca foi excedido.
8.11	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos: 3 meses? 7,737%

	6 meses?	6,818%
	12 meses?	6,641%
	24 meses?	6,188%
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?	
	Não há limites de exposição por estratégias. O percentual de alocação nos mercados é dinâmico e diretamente ligado a percepção dos gestores quanto ao risco retorno dos diversos ativos.	
8.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B ³ ou o próprio)?	
	O fundo não possui limite de Stress.	
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?	
	N/A	
8.15	Qual o stress médio do fundo nos últimos:	
	3 (três) meses?	N/A
	6 (seis) meses?	N/A
	12 (doze) meses?	N/A
	24 (vinte e quatro) meses?	N/A
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.	

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	Fundo: Não Iniciado Bench: Não Iniciado	
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	Fundo: Não Iniciado Bench: Não Iniciado	
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	Fundo: Não Iniciado Bench: Não Iniciado	
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	Fundo: Não Iniciado Bench: Não Iniciado	
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	Fundo: Não Iniciado Bench: Não Iniciado	
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	Fundo: -10,39% Bench: -17,08%	

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	02/09/2014 26/01/2016		Fundo: -27,78% Bench: -39,42%		114 Dias
2	01/02/2013 03/07/2013		Fundo: -15,53% Bench: -25,36%		239 Dias
3	27/04/2018 21/06/2018		Fundo: -14,48% Bench: -18,94%		76 Dias

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates). Não houve mudanças.	
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê? Sim. Por decisão do gestor.	

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores? Por favor consultar seu gerente de relacionamento.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos? Os calls podem ser agendados sob demanda com a equipe de Portfolio Specialist.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído? Itaú Unibanco possui um canal próprio de distribuição.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente? Informação confidencial.

13. Atendimento aos cotistas

- 13.1** Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?

Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.

- 13.2** Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?

Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.

- 13.3** Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?

SAC Itaú e área de atendimento Asset - Email: atendimentoasset@itau-unibanco.com.br – horário comercial e pelo telefone (11) 3631-2555.

14. Investimento no exterior

- 14.1** Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.

N/A

- 14.2** Quais os riscos envolvidos?

N/A

- 14.3** Quais são os mercados em que o fundo opera?

N/A

- 14.4** Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?

N/A

- 14.5** Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros).

Administrador Fiduciário

Custodiante

Auditor

RTA

Prime Brokers

NAV Calculator

Domicílio do fundo

Taxa de administração

Código ISIN do fundo

Moeda do domicílio fundo no exterior

	Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.	
	N/A	
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.	
	N/A	

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	
15.2	Formulário de informações complementares	
15.3	Última lâmina de informações essenciais	
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	

[LOCAL, DATA]

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]	[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO]
[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]	[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO]
[CARGO]	[CARGO]
[TELEFONE]	[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]	[E-MAIL CORPORATIVO]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



ATO DECLARATÓRIO/CVM/SIN/Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989.

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

Anderson da Costa Santos
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

preferenciais será sempre limitado ao máximo legal permitido.- **§ 3º** - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas gozarão de vantagem de prioridade no reembolso do capital por seu valor, na hipótese de liquidação da Companhia e participação dos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias.- **CAPÍTULO III - Assembleia Geral - Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses seguintes ao término do exercício financeiro para os fins previstos em lei e no presente Estatuto e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.- **§ Único** - A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.- **Artigo 7º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.- **§ Único** - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja administrador da Companhia ou advogado, ou ainda acionista da Sociedade, mediante mandato com poderes específicos, cujo instrumento será depositado na sede da Sociedade até a véspera da data marcada para a Assembleia Geral.- **CAPÍTULO IV - Da administração da Sociedade - Seção I - Conselho de Administração - Artigo 8º** - A Sociedade terá um Conselho de Administração composto de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros, acionistas, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.- **Artigo 9º** - O Presidente, eleito na forma estabelecida no artigo 8º, indicará, na primeira reunião anual do Conselho, o seu substituto, sendo que os demais Conselheiros serão substituídos por acionistas indicados pelo Conselho.- **§ Único** - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes na Sociedade, até a primeira Assembleia Geral, sendo que se a vacância for na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição do novo Conselho.- **Artigo 10º** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente.- **Artigo 11º** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as respectivas atas lavradas em livro próprio.- **Artigo 12º** - Os membros do Conselho de Administração receberão, mensalmente, a remuneração que lhes for atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas.- **Artigo 13º** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei: a) eleger a Diretoria e destituir Diretores; b) decidir sobre os planos operacionais da Sociedade; c) decidir sobre as questões que lhe sejam submetidas pela Diretoria; d) escolher os auditores independentes; e) decidir sobre a criação ou extinção de sucursais e filiais da Sociedade, cujos atos serão praticados pela Diretoria; f) observar e fazer observar os "Acordos de Acionistas", estabelecidos na forma da lei e arquivados na sede social; g) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, o Estatuto social e deliberar nos casos omissos; h) autorizar a alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais; i) autorizar, previamente, a Diretoria a praticar quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão; j) decidir sobre participações relevantes em outras sociedades; l) elaborar o Relatório da Administração referente à cada exercício financeiro da Sociedade; m) convocar as assembleias gerais.- **§ Único** - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter geral ou especial a qualquer dos membros da Diretoria, poderes não conflitantes com as atribuições e competências privativas estabelecidas neste Estatuto.- **Seção II - Diretoria - Artigo 14º** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo, três (3), e, no máximo, cinco (5) membros, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, acionista ou não, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações, estes obrigatoriamente, e Diretores sem designação especial.- **Artigo 15º** - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição e terminará com a eleição e posse de seus substitutos.- **§ 1º** - Além dos poderes e atribuições previstos em lei e ressalvados os poderes específicos do Diretor Superintendente, do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, adiante previstos, compete à Diretoria: a) praticar e executar todos os atos de administração da Sociedade; b) executar as determinações do Conselho de Administração; c) nomear procuradores com específicos poderes, observados os preceitos legais; d) aplicar os fundos sociais; e) alienar bens móveis da Sociedade; f) exercer as demais atribuições definidas na estrutura administrativa da Sociedade; **§ 2º** - Os membros da Diretoria terão representação ativa e passiva da Sociedade, cabendo-lhes executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, e as decisões tomadas em reunião da Diretoria.- **Artigo 16º** - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos seus membros e os seus atos praticados por 2 (dois) Diretores, ressalvado o disposto nos seguintes artigos.- **Artigo 17º** - A representação da Sociedade em Juízo ou fora dela, inclusive perante a repartição fiscalizadora de suas operações e outras quaisquer repartições públicas, caberá ao Diretor que para tal fim for designado pelo Conselho de Administração.- **Artigo 18º** - No caso de vacância de cargo da Diretoria o Conselho de Administração elegará o substituto que exercerá o cargo pelo prazo remanescente do mandato do substituído.- **Artigo 19º** - No caso de impedimento ou faltas ocasionais de qualquer membro da Diretoria por mais de 90 (noventa) dias, será designado pelo Conselho de Administração um substituto, dentre acionistas ou não, que exercerá o cargo, como substituto temporário, durante todo o tempo da falta ou do impedimento.- **Artigo 20º** - A Diretoria receberá a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral e distribuída pelo Conselho de Administração.- **Artigo 21º** - Ao Diretor Superintendente compete, especificamente: I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II - dirigir os negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos da Diretoria; III - tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria, ad-referendum desta; IV - as gestões econômicas e financeiras; V - designar os substitutos eventuais dos demais Diretores nas suas faltas e impedimentos ocasionais, respeitado o disposto nos artigos 22, 23 e 24.- **Artigo 22º** - Ao Diretor Comercial compete, especificamente: I - As gestões comerciais; II - a substituição do Diretor Superintendente, nas suas faltas e impedimentos ocasionais.- **Artigo 23º** - Ao Diretor de Operações compete, especificamente: I - as gestões técnicas e mercadológicas; II - a previsão e o planejamento das operações sociais; III - a substituição do Diretor Comercial, nas suas faltas e impedimentos ocasionais.- **Artigo 24º** - Aos demais Diretores caberão as atribuições que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração.- **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal - Artigo 25º** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral nos casos previstos na legislação em vigor.- **§ Único** - o funcionamento do Conselho Fiscal, quando instalado, irá até a primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.- **CAPÍTULO VI - Exercício Financeiro - Artigo 26º** - Do resultado do exercício, verificado anualmente, retirar-se-á o necessário para: I - absorção de eventuais prejuízos acumulados; 2 - provisão para pagamento do Imposto de Renda.- **Artigo 27º** - Do lucro líquido resultante, serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, e, do saldo verificado, depois dos reajustes determinados pela legislação vigente, serão tirados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição de dividendos aos acionistas.- **Artigo 28º** - O saldo final terá destinação que a Assembleia Geral determinar, observadas as prescrições legais.- **Artigo 29º** - A Sociedade poderá distribuir a seus acionistas dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, distribuição essa que deverá ser por deliberação do Conselho de Administração.- **CAPÍTULO VII - Disposições Gerais - Artigo 30º** - O exercício financeiro terá a duração de um ano e se encerrará em 31

de dezembro.- **Artigo 31º** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei.- **Artigo 32º** - A Sociedade poderá estipular seguros de vida e/ou de acidentes pessoais.-

403 - 12/07-89 - NCz\$ 1.016,40)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Superintendência de Relações com Investidores

ATO DECLARATÓRIO Nº 989, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar GABRIEL ABEL LINGER, CPF nº 018387847-72, sob o nº ADM-PF-093, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

404 - 04-07-89 - NCz\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 770 - 27-06-89 - NCz\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 991, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ALFREDO EGYDIO SETUBAL, CPF nº 014414218-07, sob o nº ADM-PF-094, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 771 - 27-06-89 - NCz\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 992, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar SERGIO BURROWS RAPOSOS, CPF nº 022675787-00, sob o nº ADM-PF-095, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 750 - 15-06-89 - NCz\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 993, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ANGELO FRANCHINI NETO, CPF nº 493451928-91, sob o nº ADM-PF-096, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 746 - 14-06-89 - NCz\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 994, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar MERIDIONAL - BANCO DE INVESTIMENTO S/A, CGC nº 43144112/0001-29, sob o nº ADM-FIN-039, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 580 - 08-06-89 - NCz\$ 38,17)

ATO DECLARATÓRIO Nº 995, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar LORI FERRAZZO, CPF nº 070588020-68, sob o nº ADM-PF-097, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 700 - 08-06-89 - NCz\$ 38,17)

10 de outubro de 2018

Itaú Asset Management

Analista principal:

Lucas Pennings, São Paulo, 55 (11) 3039-4855, lucas.pennings@spglobal.com

Contato analítico adicional:

Guilherme Machado, São Paulo, 55 (11) 3039-9754, guilherme.machado@spglobal.com

Fundamentos

A classificação 'AMP-1' (Muito Forte) que a S&P Global Ratings atribui às práticas de administração de recursos de terceiros da **Itaú Asset Management** se baseia na posição de negócios muito forte da empresa, como a maior gestora privada de recursos de terceiros do Brasil e da América Latina; no seu mix diversificado de produtos e clientes; na sua equipe de administração altamente experiente, e na sua clara estratégia corporativa. A classificação também incorpora os processos de gestão de investimentos da Itaú Asset bem estruturados, as suas práticas operacionais e de gestão de risco muito fortes, os seus fortes princípios fiduciários e a sua performance financeira historicamente consistente. Nossa análise incorpora ainda o benefício de a gestora pertencer ao grupo Itaú Unibanco Holding S.A. (Grupo Itaú) e de ser considerada uma atividade core para este. A classificação também considera os desafios enfrentados pela gestora, como a concorrência de gestoras estrangeiras e o crescimento das gestoras independentes no mercado brasileiro, bem como sua exposição a um ambiente macroeconômico altamente incerto no Brasil.

A Itaú Asset é uma unidade independente responsável pelo negócio de gestão de recursos de terceiros do Itaú Unibanco, o maior banco privado do Brasil e da América Latina. A unidade de *Asset Management* pertence à estrutura da área de *Wealth Management & Services* (WMS) do Grupo Itaú. Os negócios de *private banking*, produtos de investimentos e previdência, soluções para mercado de capitais, como operações de custódia e corretora de valores, e as divisões de compliance e gestão de riscos são todos subordinados à área de WMS. A classificação 'AMP-1' leva em consideração apenas as atividades da Itaú Asset. Em agosto de 2018, a empresa era a maior gestora privada de recursos de terceiros do Brasil em termos de ativos administrados (AUM - *assets under administration*), detendo aproximadamente 15,19% de participação de mercado, com R\$ 650,7 bilhões de AUM, segundo o ranking global de administração de recursos de terceiros da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Até agosto de 2018, a gestora havia registrado captação líquida de cerca de R\$ 24 bilhões, equivalentes a 37% do volume líquido de captações no mercado, estimulada por sua forte presença nos segmentos private e alta renda, cuja demanda por produtos sofisticados vem sendo atendida pelas estratégias de renda variável e de fundos multimercados da gestora.

Vemos a gestão de ativos como uma atividade core para o Grupo Itaú. A Itaú Asset se favorece de uma imagem da marca e reputação muito fortes com os investidores globais, beneficiando-se do amplo canal de distribuição e da forte presença de mercado do banco. Acreditamos que recentes mudanças na alta diretoria do banco não afetam a estratégia e relevância da gestora perante o grupo. Em nossa opinião, o negócio da Itaú Asset inclui um mix muito bom de produtos e clientes que ajuda a diversificar o fluxo de receitas e a evitar riscos de concentração. Aproximadamente 60% dos recursos sob gestão da empresa são direcionados a fundos de Renda Fixa e Indexados, enquanto 24% à Previdência, 12% a Multimercados e 4% aos Fundos de ações. A Itaú Asset não faz a gestão de Fundos Estruturados (Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimentos Imobiliários e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios). A operação dessas classes de investimentos é realizada por uma empresa independente do banco, a Kinea Investimentos Ltda.

A S&P Global Ratings acredita que a gestora exibe um forte perfil financeiro com base em sua forte posição competitiva no mercado brasileiro de gestores de recursos de terceiros e uma boa estratégia de gestão de custos e despesas. Esse sólido perfil financeiro da Itaú Asset contribui positivamente para a manutenção de suas melhores práticas de administração de ativos, pois a empresa mantém uma capacidade de geração de recursos forte para suportar uma contínua melhora em seus sistemas, processos e controles internos. A Itaú Asset está sempre investindo em novas tecnologias e no aprimoramento de processos e controles. A empresa é vista como uma gestora muito bem preparada e com qualidade muito forte em termos de processos, pessoal e infraestrutura. Além disso, apresenta uma capacidade de retornos rápidos no caso de interrupção de suas operações.

Em nossa opinião, a estrutura operacional da gestora está alinhada às melhores práticas globais em termos de segregação de atividades, e sua estrutura organizacional é muito forte, contando com uma alta qualidade de recursos humanos para alcançar seus objetivos estratégicos. Também avaliamos positivamente a longa experiência nos mercados de capitais creditada à sua administração sênior. A Itaú Asset segue diretrizes claras estabelecidas para constituir o portfólio. O processo de investimento é robusto com uma filosofia de investimentos bem definida focada em pesquisa fundamental intensiva, com ênfase na geração de alfa. A gestora também possui um comitê bem definido e forte, cujos membros se reúnem regularmente para avaliar o desempenho do negócio, as estratégias de investimentos e de vendas, a gestão de riscos e o desenvolvimento de produtos.

O processo de gestão de riscos da Itaú Asset também é bem estruturado, seguindo sólidos princípios, utilizando-se de ferramentas bem definidas para avaliar riscos, procedimentos de marcação a mercado, implementação de controles online e monitoramento do risco de mercado, liquidez e crédito. Além disso, a unidade independente de compliance da área de WMS é responsável por garantir a integridade e a transparência do processo de gestão de ativos em observância às regras internas e regulatórias, incluindo princípios fiduciários. O ambiente de controle da Itaú Asset é de alto padrão, com uma estrutura de controle bem definida e muito forte apropriada para o tamanho de suas operações. Políticas e procedimentos relevantes são bem documentados, alavancando-se a partir da expertise e recursos do Grupo Itaú.

Acreditamos que a Itaú Asset enfrenta o desafio de manter sua forte posição de negócios em um contexto de grande concorrência no segmento de ativos no exterior e do crescimento de gestoras independentes locais, o que pode gerar pressões nas taxas de administração de recursos. O ambiente macroeconômico altamente incerto no Brasil também se impõe como um grande desafio para as atividades de gestão de recursos locais. A empresa está ciente dos desafios à frente com a maior competição, e conta com uma consolidada posição de liderança no mercado local, com base em sua

imagem da marca e reputação fortes, enquanto é reconhecida como uma gestora de ativos global com expertise na América Latina. A ampliação de sua presença na região corrobora para o desenvolvimento e venda de produtos especializados para seus clientes.

Notas

- A classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída pela S&P Global Ratings à **Itaú Asset Management** reflete nossa opinião sobre as práticas de administração de recursos de terceiros "MUITO FORTES" da gestora, sendo esta a avaliação mais alta em uma escala que vai de 'AMP-1' (maior) à 'AMP-5' (menor).
- A Classificação AMP da S&P Global Ratings é uma opinião atualizada sobre a qualidade geral de uma empresa de administração de recursos de terceiros, incluindo suas características administrativas e procedimentos operacionais. A classificação inclui uma análise dos sistemas e controles das gestoras de recursos de terceiros para assegurar os interesses dos seus clientes. Ao avaliá-las, a S&P Global Ratings faz uma análise da qualidade de seu desempenho, procedimentos operacionais e sistemas de gestão de risco, assim como do perfil de negócios, mix de produtos e solidez financeira. Tal análise não incorpora elementos de risco soberano. A classificação também avalia os sistemas e controles da gestora de recursos de terceiros em relação àqueles adotados por outras empresas de administração de recursos de terceiros no Brasil. A classificação da S&P Global Ratings das práticas de administração de recursos de terceiros das gestoras brasileiras desse mercado não é uma auditoria sobre a conformidade da empresa aos procedimentos estabelecidos por ela própria, tampouco é uma opinião relativa ao seu cumprimento de leis e regulamentos. A classificação não é uma recomendação para a utilização dos serviços prestados por qualquer gestora de recursos de terceiros.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico. A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na www.standardandpoors.com (gratuito), e www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

Austrália

Standard & Poor's (Austrália) Pty. Ltd. conta com uma licença de serviços financeiros número 337565 de acordo com o Corporations Act 2001. Os ratings de crédito da Standard & Poor's e pesquisas relacionadas não tem como objetivo e não podem ser distribuídas a nenhuma pessoa na Austrália que não seja um cliente pessoa jurídica (como definido no Capítulo 7 do Corporations Act).



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) ITAÚ UNIBANCO S.A. (CNPJ 60.701.190/0001-04) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
 - Carteira Comercial
 - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
 - Carteira de Crédito Imobiliário
 - Carteira de Investimento
 - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
 - Mercado de Câmbio
 - Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 09:59:45 do dia 7/1/2020, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: 6bLkN6c8y1kVMeWKtv02

Certidão emitida gratuitamente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 60.701.190/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/1944
NOME EMPRESARIAL ITAU UNIBANCO S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EST UNIF		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100	NÚMERO .	COMPLEMENTO TORRE OLAVO SETUBAL
CEP 04.344-902	BAIRRO/DISTRITO PARQUE JABAQUARA	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO UNIDADEDEATENDIMENTOAFISCALIZACAO@CORREIO.ITAUI.COM.BR		TELEFONE (11) 3003-4828
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/12/2019** às **10:58:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0594804 - 2019

CPF/CNPJ Raiz: 60.701.190/

Contribuinte: ITAU UNIBANCO S.A.

Liberação: 13/09/2019

Validade: 11/03/2020

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.023.917-0- Início atv :20/06/73 (PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 00100 - CEP: 04344-902)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Certifico que conforme informações prestadas pela PGM/FISC as EF 608.095-2/04-1 e 592.078-7/05-8, 608.095-2/04-1 e 592.078-7/05-8 estão garantidas e foram embargadas, a EF 573.331-6/15-2, apesar de não estar formalmente garantida, não pode obstar a certidão positiva com efeitos de negativa, uma vez que se aguarda a transferência de garantia prestada nos autos da ação cautelar 1040353-18.2014.8.26.0053." SEI 6017.2019/0047604-4. Certifico mais que, de acordo com DICAJ, através do Processo SEI de nº 6017.2017/0034970-7, FISC 42 informou (Processo Digital 1033899-51.2016.8.26.0053) haver mandado de segurança impetrado para contrapor-se a negativa de expedição de certidões de regularidade fiscal requerida em função da existência de pendências fiscais de filiais, com liminar deferida nos termos e limites postulados, "para determinar a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários para o CNPJ 60.701.190/0001-04 e CCM 1.023.917-0, sem considerar eventuais pendências relacionadas a outras filiais do impetrante", decisão ainda em vigor, tendo em vista que apelação interposta pelo MSP ainda não julgada.*******

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 16:38:40 horas do dia 16/09/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 8A44B926

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos

Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 60.701.190/0001-04

IE:

CDA	Situação
1.104.498.637	Inscrito / Suspenso
1.153.963.923	Inscrito / Suspenso
1.153.964.011	Inscrito / Suspenso
1.153.964.033	Inscrito / Suspenso
1.153.964.055	Inscrito / Suspenso
1.153.964.088	Inscrito / Suspenso
1.153.964.122	Inscrito / Suspenso
1.153.964.211	Inscrito / Suspenso
1.153.965.498	Inscrito / Suspenso
1.153.965.510	Inscrito / Suspenso
1.153.965.554	Inscrito / Suspenso
1.153.965.565	Inscrito / Suspenso
1.153.965.598	Inscrito / Suspenso
1.153.965.676	Inscrito / Suspenso
1.153.965.698	Inscrito / Suspenso
1.153.965.732	Inscrito / Suspenso
1.153.965.776	Inscrito / Suspenso
1.153.965.787	Inscrito / Suspenso
1.153.965.821	Inscrito / Suspenso
1.153.965.921	Inscrito / Suspenso
1.153.966.009	Inscrito / Suspenso
1.153.966.020	Inscrito / Suspenso
1.153.966.064	Inscrito / Suspenso
1.153.966.164	Inscrito / Suspenso
1.153.966.231	Inscrito / Suspenso
1.153.966.286	Inscrito / Suspenso

Local de emissão :

DRTC - I

Responsável

Gilson Teodoro dos Reis
Supervisor - CPA
RG : 16509710 - 3

CRDA nº 24248310

Folha 1 de 433

Data e hora da emissão 11/11/2019 07:58:06 (horário de Brasília)

Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

IE:

CDA	Situação
90.043.020	Inscrito / Suspenso

Relativos a Taxa Judiciária

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 60.701.190/0001-04

IE:

CDA	Situação
1.095.848.391	Inscrito / Suspenso

Relativos a Multa Ipca

Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -

CNPJ: 60.701.190/0224-18

IE:

CDA	Situação
1.257.184.053	Inscrito / Suspenso

Anotação SEFAZ:

A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA OS DÉBITOS ACIMA CITADOS CONFORME MANIFESTAÇÃO DA D. SUBPROCURADORIA FISCAL PF-5 EXARADA EM 08/11/2019 NO GDOC 1000084-560487/2019. PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final da Certidão

Local de emissão : DRTC - I	Responsável : Gilson Teodoro dos Reis Supervisor - CPA RG: 16509710 - 3
CRDA nº 24248310	
Data e hora da emissão 11/11/2019 07:58:06 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	
Folha 433 de 433	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
 FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
 Emitida às 17:17:32 do dia 30/08/2019 <hora e data de Brasília>.
 Válida até 26/02/2020.

Código de controle da certidão: **AF03.2A29.FE14.3D87**
 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.

Observações PGFN:

Certidão emitida com base em decisão liminar proferida nos autos do M S 5015821-06.2019.403.6100, haja vista que as CDAs 80.5.19.009180-29, 80.5.19.009182-90, 326965912, 326965920, 326965955, 326965963, 326965971, 326965980, 326965998, 326966013, 352757728 e 352757736 são os únicos óbices à emissão de CPEN em nome do contribuinte.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.701.190/0001-04

Razão Social: ITAU UNIBANCO SA

Endereço: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 / PARQUE JABAQUARA /
SAO PAULO / SP / 04344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 14/01/2020 a 12/02/2020

Certificação Número: 2020011413351747846320

Informação obtida em 17/01/2020 11:06:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br